

# Além das ruínas: a Arqueologia Urbana como modo de reconhecer e fazer conhecer a cidade

## Felipe Berocan Veiga

*Doutor em Antropologia (UFF, 2011). Atualmente é professor do departamento de Antropologia (UFF/GAP) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF/PPGS), pesquisador do LeMetro/IFCS-UFRJ (Laboratório de Etnografia Metropolitana) e do INCT-InEAC/UFF (Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos).*

## Marco Antonio da Silva Mello

*Doutor em Antropologia (Ciências Sociais, USP, 1995). Atualmente é professor do departamento de Antropologia Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DAC/IFCS-UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF/PPGA), coordenador do LeMetro/IFCS-UFRJ (Laboratório de Etnografia Metropolitana).*

## Resumo

O artigo analisa uma tentativa de aproximação e diálogo, no Rio de Janeiro do início dos anos 1980, entre estudos urbanos de várias áreas – Arqueologia, Antropologia, Sociologia, História, Arquitetura e Urbanismo – no contexto da proposta de criação do Laboratório de Arqueologia Urbana no Museu Nacional. Os autores retraçam detalhadamente o contexto e os desdobramentos de um projeto inovador (porém não implementado), inspirado pela então recente experiência etnográfica de Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello no bairro do Catumbi (*Quando a rua vira casa*, 1980). Projeto cujo espírito e ambição ajudam a pensar melhor nossos tempos ambíguos quando, paradoxalmente, a sempre renovada exigência de *patrimonialização* vem acompanhando e justificando uma *renovação urbana e humana* frenética, muitas vezes violenta, da Zona Portuária e suas adjacências à Praça Tiradentes. Juntamente com seu anexo – o Projeto em questão escrito em 1982 pelos dois autores do referido livro – essa contribuição tira do esquecimento um pedaço importante da história urbana contemporânea do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Arqueologia urbana, Antropologia urbana, Museu Nacional, campo científico, renovação urbana, Rio de Janeiro.

## Abstract

The paper analyzes the attempted rapprochement and dialogue that took place in Rio de Janeiro during the early 1980s, between urban studies from various fields – Archaeology, Anthropology, Sociology, History, Architecture and Urbanism – in the context of a proposal to create a Laboratory of Urban Archaeology at the National Museum. The authors recount in detail the context and consequences of an innovative project (yet not implemented), inspired by the then recent ethnographic experience of Arno Vogel and Marco Antonio da Silva Mello in the neighborhood of Catumbi (*Quando a rua vira casa*, 1980). Project whose spirit and ambition fosters a better understanding of our ambiguous times when, paradoxically, the ever-changing requirement for *patrimonialization* has come to justify an *urban and human renewal* frenzy, often violent, from the Port Area and its surroundings to the Tiradentes Square. Along with its annex – the Project in question, written in 1982 by the two authors of the book – this contribution helps reminding an important piece of Rio de Janeiro’s contemporary urban history.

Keywords: Urban Archaeology, Urban Anthropology, National Museum of Rio de Janeiro, Scientific Field, Urban Renewal, Rio de Janeiro.

*“A cidade se embebe como uma esponja  
dessa onda que reflui das recordações e se dilata”.*

(Ítalo Calvino, *As Cidades e a Memória* 3.

In: *As Cidades Invisíveis*)

*“Nos dias quotidianos*

*É que se passam*

*Os anos”*

(Millôr Fernandes, *Hai Kai V.*

In: *Millôr Definitivo: a bíblia do caos*)

## A lição do jardim

A elaboração oportuna em *Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia* do dossiê temático “*Capturados pela cidade. Perspectivas em pesquisa urbana: Nova York, Paris, Rio de Janeiro*”, oferece a possibilidade de

restituir um quadro de experiências de pesquisas urbanas, realizadas no Rio de Janeiro desde o final da década de 1970, que buscaram, de modo original e mantendo a atualidade de suas propostas, estabelecer diálogos profícuos da Antropologia com outras áreas do conhecimento – notadamente, com a Arquitetura e o Urbanismo; mas também com a Arqueologia, cujas relações estreitas remontam à origem dessas Ciências Humanas interessadas na dimensão cultural e em seus significados, testemunhos e vestígios.<sup>1</sup>

Na visão de Luiz de Castro Faria, antropólogo fluminense e autor de diversas pesquisas arqueológicas em sambaquis do litoral de Santa Catarina ao Espírito Santo, a Antropologia e a Arqueologia se aproximam não apenas em sua origem, mas no que se refere à prática da *pesquisa de campo* como fundamento, por meio da observação direta e, no segundo caso, da participação direta do pesquisador na sociedade estudada, não raro assumindo posições sociais internas e reconhecidas pelo grupo. Segundo o autor:

“A Arqueologia é popularmente considerada como ciência; na realidade, no entanto ela é sobretudo um método. O objetivo da pesquisa arqueológica é constituir, mediante a interpretação correta dos significados de documentos materiais, a história cultural de grupos humanos desaparecidos. A Arqueologia Clássica conta geralmente com textos; a Arqueologia Pré-Histórica, que abrange um período muito mais longo, só dispõe de objetos, pois lida com culturas que desconheciam a escrita. (...) O arqueólogo é também um profissional de formação antropológica, que se especializa na reconstituição de culturas antigas, hoje representadas apenas por um número relativamente reduzido de evidências materiais.” (CASTRO FARIA, 2000, p. 195-196).

Em *Raça e História*, manifesto político-antropológico de Claude Lévi-Strauss contra o paradigma racial e o evolucionismo unilinear, no âmbito de um intenso debate promovido pela UNESCO no Pós-Guerra sobre a *diversidade das culturas* e o *direito à diferença*, o autor observa que a Arqueologia e a História, muitas vezes, ambicionam algo que não podem realizar, pois as sociedades do passado que pretendem estudar desapareceram há muito tempo. Não há,

<sup>1</sup> Este artigo é dedicado à memória do Prof. Luiz de Castro Faria (1913-2004). Os autores agradecem a Gabriel Ferreira Barbosa (PPGA-UFF) pela busca qualificada de informações para esta pesquisa.

portanto, como estabelecer um contato direto e original, com vistas a restituir plenamente os usos e sentidos de sua *cultura material* (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 331). Sendo assim, não existem narrativas reveladoras da dimensão simbólica desses objetos e não resta alternativa ao arqueólogo – a não ser, por exemplo, realizar *inferências* a partir de cacos de cerâmica sobre as técnicas de elaboração desses objetos (tipos de argila, de antiplástico etc.), únicos elementos acessíveis de uma cultura ágrafa capazes de perdurar no tempo. São, portanto, os únicos testemunhos acessíveis das formas culturais que uma sociedade, deliberadamente, resolveu reificar.

Ao analisar a tradição norte-americana dos “quatro campos” disciplinares da ciência antropológica – dividida em Antropologia Biológica, Antropologia Cultural, Linguística e Arqueologia – Roberto da Matta observa que o arqueólogo deve, a partir de resíduos concretos e por meio do método comparativo, estabelecer uma série de especulações e deduções em seu trabalho, no esforço de restituir sistemas sociais já desaparecidos. Ao considerar as especificidades do tema, afirma que:

“Como o homem é o único animal que tem essa fantástica capacidade projetiva, pois ele efetivamente se projeta (projeta seus valores e ideologias) em tudo o que concretiza materialmente, toda sociedade humana deixa sempre algum vestígio das suas relações e valores naquilo que usou, negociou, adorou e entesourou com ganância, sabedoria ou generosidade ao longo dos tempos. É porque os homens são assim que a esfera do conhecimento arqueológico é possível.” (MATTA, 1983, p. 31).

Diante dos fragmentos e lacunas, contudo, a sedução das *conexões históricas* em Arqueologia – e dos *traços culturais* e *focos difusores* em Antropologia – levou muitos pesquisadores, nos primórdios das duas disciplinas, a estabelecer conjecturas generalizantes e, frequentemente, fantasiosas, derivadas das teorias difusionistas da chamada Escola de Viena. A essa geografia fantasiosa e arbitrariamente construída em termos de *áreas culturais*, no entanto, já se opunha Friedrich Ratzel e a visão mais relativizante de sua Antropogeografia, que influenciaria os estudos de Franz Boas ao propor a inter-relação direta entre o homem e o ambiente (STOCKING JR., 1996).

A Arqueologia no Brasil, ofício e disciplina diretamente relacionados ao Museu Nacional como instituição científica de excelência, remonta ao final do século XIX. Teve como grande impulso o interesse de D. Pedro II por civilizações antigas e pela escrita hieroglífica, motivo da realização de duas expedições do Imperador ao Egito em 1871 e 1876, documentadas em numerosas notícias, fotografias e caricaturas impressas nos jornais da época (BARKOS, 2004). Ao escrever sobre a história da Arqueologia no Brasil e sua relação direta com a política nacional, o professor Pedro Paulo Abreu Funari observa que:

“Por algumas décadas, a arqueologia foi o centro da ideologia imperial do Brasil e isso explica seu desenvolvimento precoce. O fim da monarquia levou ao declínio da arqueologia durante a República Velha (1889-1930). Nos anos 1930 a forte influência do nacionalismo deu um novo ímpeto para a história e o patrimônio: o ideal colonial deveria servir para a construção da nação” (FUNARI, 2013, p. 23).

Uma vez que o modismo europeu por *antiquities* e o interesse romântico pelo *folclore* se disseminavam pelo Brasil, importantes descobertas de sítios arqueológicos amazônicos se iniciavam na ilha de Marajó, frutos de escavações nos campos rasos dos arredores do lago Arari que revelaram cerâmica utilitária, que revelaram cerâmica utilitária, bancos zoomórficos, amuletos como o muiraquitã, tangas cerâmicas e urnas funerárias pré-históricas (igaçabas), peças extremamente decoradas e com motivos geométricos bem definidos. A partir de sua divulgação, o estilo marajoara obteve uma “popularidade inusitada” e, comparado a motivos clássicos da estética greco-romana, logo “passou a ser imitado e transformou-se em símbolo de *arte brasileira*” (CASTRO FARIA, 2000, p 317). Assim, a geometrização tanto abstrata quanto figurativa da cerâmica marajoara se tornou influência fundamental no estilo *art-déco* brasileiro, adornando fachadas de edifícios e casas em bairros nobres do Rio de Janeiro, além de móveis, tapetes, vasos e todo tipo de objetos de decoração difundidos pelo Brasil afora (ROITER, 2010).

Nas décadas de 1920 e 1930, Heloísa Alberto Torres viria exercer papel relevante no desenvolvimento da Arqueologia no Brasil, obtendo projeção

internacional com seus estudos sobre a cerâmica marajoara e contribuindo para instituir as políticas de proteção ao material arqueológico nacional. Filha do escritor, advogado e político fluminense Alberto Torres, iniciou suas atividades institucionais e de pesquisa a partir do diálogo intenso com Edgar Roquette-Pinto, então chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, tornando-se sua substituta no cargo em 1931, em seguida vice-diretora e, finalmente, diretora do Museu Nacional, posição que ocupou de 1938 a 1955, ao longo de dezessete anos.

Presença feminina de pioneirismo notável no campo científico e político-cultural brasileiro, Heloísa Alberto Torres estabeleceu um laço fundamental entre a Arqueologia e o nascente campo da gestão do patrimônio no Brasil, influenciando pesquisadores como Luiz de Castro Faria, que se tornaria professor do Museu Nacional e da Universidade Federal Fluminense. De acordo com as observações de Castro Faria:

“Heloísa A. Torres não foi apenas *autora*. Foi mais atuante, sem dúvida, como *atora*, isto é, presença constante em ações decisivas no campo das políticas de valorização do patrimônio nacional. A maior parte dos seus muitos anos de atividade como administradora transcorre na vigência do Estado Novo, quando as relações pessoais e a inserção num grupo de poder (Rodrigo Melo Franco de Andrade – Gustavo Capanema – Getúlio Vargas) asseguravam o êxito de qualquer empreendimento” (CASTRO FARIA, 2000, p. 318).

O momento inaugural de formulação das políticas de patrimônio no Brasil intensificou o debate entre ideólogos modernistas, tais como Mário de Andrade, Lúcio Costa, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, o que permitiu a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e os termos e argumentos de uma legislação específica envolvendo áreas diversas como História, Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia, Antropologia, Museologia, Educação e Belas Artes. Em 1934, um ano após a experiência pioneira do tombamento de Ouro Preto como *monumento nacional*, Gustavo Capanema assumiu por onze anos o Ministério da Educação e Saúde, o que possibilitou, no plano político-institucional, experiências concretas de preservação, quando “o

ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado” (FONSECA, 1997, p. 104).

Atuando em caráter experimental desde 1936, sob o comando do advogado, jornalista e escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade e integrando a estrutura do Ministério desde 13 de janeiro de 1937, o SPHAN antecedeu em alguns meses o período autoritário do Estado Novo, gozando de relativa independência durante sua vigência, de novembro do mesmo ano a outubro de 1945. Conforme esclarece Maria Cecília Londres Fonseca em seu livro *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*:

“A atividade desenvolvida por esse grupo de intelectuais no SPHAN gozou de surpreendente autonomia dentro do MES [Ministério da Educação e Saúde]. Desde o início a área do patrimônio ficou à margem do propósito de exortação cívica que caracterizava a atuação do ministério na área educacional. A cultura produzida pelo SPHAN sequer era articulada com os conteúdos dos projetos educacionais ou com os instrumentos de persuasão ideológica do Estado Novo; esses conteúdos eram mais compatíveis com a vertente ufanista do Modernismo. Durante o Estado Novo o SPHAN funcionou efetivamente como um espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização de um projeto modernista.” (FONSECA, 1997, p. 106-107).

Foi nesse tempo que se estabeleceu um diálogo intenso entre os intelectuais atuando na criação do SPHAN e os pesquisadores do Museu Nacional, a propósito das discussões sobre patrimônio cultural, políticas de preservação, expedições, coleções e museus. Os anos 1930 foram marcados, portanto, pelo deslizamento (*switch*) e ampliação conceitual do termo *proteção*, que caracterizava a política indigenista civilizadora de Cândido Rondon desde 1910, para as propostas concretas de *tombamento* fundadas na ideia de *patrimônio* (CASTRO FARIA, 2000, p. 317), doravante propagada em âmbito federal como nova *categoria de pensamento* (GONÇALVES, 2003). Segundo o testemunho escrito por Luiz de Castro Faria, que décadas mais tarde se autointitulava “um militante em recesso” (CASTRO FARIA, 1984), a atuação de Heloísa Alberto Torres como *especialista* teve desdobramentos políticos:

“O artigo ‘Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil’ (1937) representou, na prática, o engajamento do Museu Nacional na obra grandiosa que Rodrigo Melo Franco de Andrade começara a construir. O SPHAN precisava de apoios e Heloísa A. Torres, diretora da instituição científica mais antiga do Brasil, com alto nível de consagração no país e no estrangeiro, prestou, com empenho, a mais constante e lúcida colaboração ao diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, do qual se tornara amiga fraterna.” (CASTRO FARIA, 2000, p. 316-317).

Por sua experiência acumulada ao lado do arqueólogo, escritor e aguerrido jornalista Paulo Duarte no Departamento de Cultura de São Paulo desde 1935, mesmo ano da chegada de Claude Lévi-Strauss e Dina Dreyfus ao Brasil, Mário de Andrade logo se engajaria, meses depois, na elaboração do arrojado anteprojeto do SPHAN a pedido do Ministro Gustavo Capanema, incluindo como “obra-de-arte patrimonial (...) as manifestações que de alguma forma interessem à Arqueologia em geral e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndias” (ANDRADE, 2002, p. 274. *Facsimile*, p. 3). O documento até hoje é avançado, por considerar tanto a arte erudita quanto a popular como “patrimônio artístico nacional” – igualmente dignas, portanto, de *tombamento*.

Nesse período de atuação política em nível nacional, Mário de Andrade passou a dividir suas atividades profissionais entre São Paulo e Rio de Janeiro até 1938, quando enfim estabeleceu residência definitiva na capital federal e desligou-se das funções públicas em sua metrópole de origem. A relevante atuação do casal francês na Sociedade de Etnografia e Folclore, nos quadros do Departamento de Cultura de São Paulo, permitiu o desenvolvimento de uma relação de amizade e de colaboração permanentes com Mário de Andrade (VALENTINI, 2013). A ponto do escritor modernista se envolver diretamente nos preparativos da famosa expedição à Serra do Norte, iniciada em maio de 1938, da qual participaram Claude Lévi-Strauss, Dina Dreyfus, Jean Vellard e Luiz de Castro Faria, considerada a última grande expedição etnográfica do século XX, motivando uma série de correspondências e visitas de Mário de Andrade ao Museu Nacional.



Apesar de a famosa Expedição à Serra do Norte ter notabilizado Lévi-Strauss, a partir da publicação de *Tristes Trópicos* (LÉVI-STRAUSS, 1955), sua obra de consagração – cujo contraponto foi produzido décadas depois por Castro Faria com o título *Um Outro Olhar*, com farta documentação até então inédita (CASTRO FARIA, 2001) – para o antropólogo do Museu Nacional tratou-se de uma expedição malsucedida, do ponto de vista de seu objetivo inicial. Lévi-Strauss visava constituir coleções naturais de animais, plantas e minerais e recolher objetos indígenas para uma grande exposição em Paris empenhado em “*faire l’Amérique*”. Vigiam então os esforços de uma “Antropologia urgente”, *avant la lettre*, quando os ideais de *salvamento* orientavam as teorias e práticas de pesquisa, tanto em Antropologia quanto em Arqueologia, exercendo os museus um papel político preponderante nessas áreas de pesquisa. Tal empreendimento, no entanto, não foi possível pela conjuntura política instável que marcou o início da II Guerra Mundial.

Muito tempo depois, 55 anos após suas visitas ao Museu Nacional, às vésperas das celebrações do centenário do autor de *Macunaíma*, o professor Luiz de Castro Faria recordou seus encontros com Mário de Andrade, recorrendo aos *quadros sociais da memória* de uma vida profissional fartamente documentada em sua rápida tarefa de *reconhecimento e localização das lembranças* (HALBWACHS, 1952). Cioso dos documentos como provas, arquivista rigoroso, biblioteconomista e museólogo de formação, recorreu a duas dedicatórias escritas por Mário de Andrade em 1938 e 1942, conferindo densidade e veracidade ao relato que, muitas vezes, repetiu a seus amigos, colegas e alunos sobre esses encontros:

“Conheci Mário de Andrade, mas não convivi muito com ele. Tinha exatos 20 anos a menos do que ele. Tenho dois livros com suas dedicatórias e dei um depoimento recente sobre Mário de Andrade em São Paulo. Eu, naturalmente, era visto como um rapaz promissor e ele já era um escritor consagrado. Tínhamos interesse em habitação popular, mas eu sempre tive horror a essas aproximações forçadas!” (CASTRO FARIA, 23/Mai/2001, com. pess.).<sup>2</sup>

<sup>2</sup> O trecho citado foi extraído das conversas com Luiz de Castro Faria, realizadas em sua residência entre maio e dezembro de 2001, por Arno Vogel e Felipe Berocan Veiga e transcritas na ocasião. Como produtos dessa série de registros, resultaram o documentário *Luiz de Castro Faria: um quadriênio inesquecível e suas iluminuras*, dirigido por Ricardo Maciel da Costa, Arno Vogel e Felipe Berocan Veiga (UFF, 2002, 29 min.) e o cordel *O Professor Emérito* escrito pelo último como forma de homenagem jocosa, por ocasião do aniversário de 88 anos de Castro Faria em 5 de julho de 2001 (VEIGA, 2004).

“Ao Castro Faria, com a lembrança amiga do Mário de Andrade. Rio 1938” e “A Castro Faria, lembrança muito grata de Mário de Andrade. São Paulo, 1942”. As duas dedicatórias aparecem como ilustração em artigo de Lucieni de Menezes Simão (2009, p. 424), considerando os *elos do patrimônio* entre o pesquisador fluminense e as políticas de preservação de sítios arqueológicos no Brasil. As discussões no então chamado Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN, ao longo das décadas de 1950 e 1960, culminaram com a promulgação da Lei nº. 3.924/1961, a chamada “Lei da Arqueologia”, cuja fundamentação científica ficou a cargo de Castro Faria, na ocasião chefe da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, atendendo a um pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade (SIMÃO, 2009, p. 432).<sup>3</sup>

Já aposentado da UFRJ e da UFF, num de seus relatos sobre os encontros com Mário de Andrade, Castro Faria apresentou a seu colega Marco Antonio da Silva Mello o que chamou primeiramente de “A lição do jardim”. No escritório que ocupava o centro de seu apartamento em Niterói, situado em edifício de três andares no fundo de uma rua sem saída no bairro de Icaraí, o então Professor Emérito era um exímio formulador consciente dos títulos de seus trabalhos, que deveriam conduzir toda a reflexão que se seguisse e operassem como chaves de interpretação, exercício mental proveniente do sofisticado ensino que obtivera dos padres professores do Colégio de São Bento do Rio de Janeiro.

“A lição do jardim” seria depois renomeada por Castro Faria em texto até hoje inédito como “lição diante de um jardim”, de certo modo enfraquecendo sua formulação primeira. Seja lá como for, o texto apresentado oralmente em 21 de setembro de 1992 em São Paulo, depositado no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST-CNPq), remete às implicações pedagógicas inesquecíveis derivadas de uma conversação.<sup>4</sup> Do alto de uma sacada do Museu Nacional, num memorável encontro com Mário de Andrade e Heloísa Alberto Tor-

<sup>3</sup> Em homenagem póstuma ao professor por sua participação ativa na formulação da lei de preservação de monumentos arqueológicos, o Prêmio Luiz de Castro Faria foi criado em 2013, no ano do centenário de seu nascimento, pelo Centro Nacional de Arqueologia - CNA do IPHAN, com objetivo de premiar Monografias de Graduação, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado nessa área de estudos.

<sup>4</sup> Agradecemos à Diretora do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Heloísa Bertol Domingues e à funcionária Monica Valle por facultar o acesso aos documentos originais do Fundo Luiz de Castro Faria.

res, Luiz de Castro Faria sugeriu, movido por excesso de zelo estético e respeito à perspectiva e à concepção paisagística original do palacete da Quinta da Boa Vista, que o jardim republicano deveria ser retirado, restituindo a harmonia do conjunto, num retorno à paisagem do período imperial. Ao ouvir a opinião do antropólogo iniciante, Mário de Andrade não poderia deixar de expressar sua noção bastante diferente de patrimônio, não como algo restrito ao passado ou restituidor de outros tempos, mas como elemento vivo, que se atualiza no presente. E, de modo condescendente, perguntou ao jovem pesquisador o que pensariam hoje a respeito as pessoas que usam, que frequentam esse jardim. Segue o relato de Castro Faria:

“Dessa sua sábia tolerância guardei uma lembrança muito viva ainda e que de quando em vez aflora à memória como a *lição diante do jardim*.

“Numa tarde estávamos numa das sacadas das salas da diretoria do Museu Nacional, no terceiro piso, contemplando a paisagem fronteira. Chamei a sua atenção para o jardim elevado, rodeado de mureta em colunas, que havia seccionado a visão do palácio, construído no alto da colina e descortinado livremente desde o início da ladeira, franqueada pelas sapucaias, árvores raras, de uma beleza incomum, partes vivas da Quinta da Boa Vista. Defendi com entusiasmo a demolição do jardim republicano, a restituição imperiosa do aspecto original do lugar. Ambos ligados de algum modo ao Serviço do Patrimônio Histórico, ambos convivas do Dr. Rodrigo, devo ter esperado comentários favoráveis, senão adesão imediata à minha proposta. O que ouvi, no entanto – e no momento não soube perceber o alcance – foi uma lição que com o tempo se tornou mais e mais eloquente. ‘O que significaria para os que hoje visitam a Quinta da Boa Vista essa restituição da paisagem original, a que você se refere?. ‘Desfiguraram, sim, uma paisagem que era conhecida e admirada por pessoas que já morreram. O novo jardim passou a integrar uma nova paisagem, que os que vivem hoje certamente apreciam. Modificá-la, demolir o jardim elevado será também uma forma, e violenta, de desfiguração. Se esse jardim tirou alguma coisa, alterou uma perspectiva, acrescentou outras, a paisagem não é a mesma, mas continua bela.’

“– ‘Cuidado, meu caro! *Desfazer* é um ato quase sempre perigoso. Você é ainda jovem, pense muito mais em *fazer*.’”

(CASTRO FARIA, 1992, p. 8-9. Lições de sabedoria e generosidade. Lembranças de Mário de Andrade. São Paulo, 21/09/1992. In: *Fundo Luiz de Castro Faria*, caixa 09, documento C.F.D.A. 09.06.097, MAST/MCT).

Ao divergir de uma concepção passadista e do afã conservador do jovem antropólogo em recriar no espaço o tempo perdido, Mário de Andrade apela para o tempo presente e recoloca as pessoas no jardim, valorizando uma paisagem composta por sujeitos e não somente por objetos, para além de sua arquitetura imponente envolta por uma natureza controlada. Ao considerar os usuários – ou seja, aqueles que se aquerenciam, que se acostumam ao jardim tal como é em seu tempo – o escritor modernista recoloca na paisagem o passante, a criança, o idoso, o frequentador assíduo capaz de produzir a paisagem em exercício e a cidade praticada no cotidiano. Em ensaio sobre o tema de 1912, o sociólogo Georg Simmel já observava que “a alma do espectador instaura a paisagem” (SIMMEL, 1996, p. 22). Ela não existe, portanto em si mesma, na medida em que é construída e dela se pode extrair uma sucessão de formas, como numa espécie de quadro vivo. No poema *Paisagem: como se faz*, Carlos Drummond de Andrade igualmente a percebia em permanente construção, ligando o passado ao futuro no presente, num jogo permanente de espaço e tempo se refazendo:

“Esta paisagem? Não existe. Existe espaço vacante, a semear de paisagem retrospectiva. A presença das serras, das imbaúbas, das fontes, que presença? Tudo é mais tarde. Vinte anos depois, como nos dramas” (ANDRADE, 2012: 47).

### **O projeto exumado**

No início da década de 1980, uma tentativa de restituir o engajamento conversacional entre disciplinas irmãs foi a criação do projeto de instalação do *Laboratório de Arqueologia Urbana - LAU*, elaborado pelos professores Arno Vogel (Arquitetura e Urbanismo - UFF) e Marco Antonio da Silva Mello (Antropologia Cultural - IFCS-UFRJ). O convite para a sua formulação original partiu da Prof<sup>a</sup>. Maria da Conceição Beltrão, à época responsável pelo setor de Arqueologia do Museu Nacional. O projeto foi resultado do ambiente de convivência próxima,

permeado por almoços na cantina e longas conversas entre professores, estudantes, estagiários e bolsistas dessa instituição de ensino e pesquisa – dentre eles os autores do projeto, sua proponente da área de Arqueologia e Luís Felipe Baêta Neves, também ele vinculado ao Departamento de Antropologia.

O diálogo frutífero em torno das questões abordadas no livro *Quando a Rua Vira Casa*, de Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello, Orlando Mollica e outros, motivou o gesto do convite de Maria da Conceição Beltrão a dois de seus autores, considerando a possibilidade de inauguração no Museu Nacional do subcampo da Arqueologia Urbana, ressaltando sua importância estratégica como lugar da inovação científica em sintonia com a emergência das discussões sobre esse tema em países da Europa, como Grã-Bretanha, Bélgica, França e Portugal.

A partir de um estudo de caso sobre o bairro do Catumbi, afetado pela demolição de parte de seu antigo casario para a construção do viaduto da Linha Lilás, o livro trouxe a público a perspectiva da Arqueologia Urbana e do *sistema construído* como um *sistema de memória*, capaz de despertar um poderoso dispositivo mnemotécnico nos moradores de áreas submetidas a rápidas e radicais transformações no espaço urbano. Segundo os autores:

“O atual Catumbi é um território mapeado através de uma geografia fantástica. Eventuais restos são evocados como testemunhos de um conhecimento tornado meio inútil. É o caso de uma enorme chaminé; hoje um signo estranho e deslocado, único elemento que conseguiu sobreviver de toda uma fábrica de açúcar e que enfeita insolitamente um gramado.

‘Aqui era o quarto de mamãe e ali o meu. Do outro lado morava meu irmão’. Em pé, no meio das pistas do eixo viário, o morador vai reconstituindo um espaço que ainda é real em sua cabeça. Recapitula como era a circulação de um cômodo a outro, põe de novo em seu lugar móveis e objetos domésticos. O suporte de antes, mesmo com o uso radicalmente alterado, segue sendo uma referência fundamental. A retórica de introdução ao Catumbi não esquece de restaurar oficinas, fábricas, casas de comércio. Sugere cheiros e gostos. Vai também introduzindo atores, ao lembrar acontecimentos que envolveram ciganos, ou portugueses, ou italianos, ou ‘cariocas’. Relembra um pequeno escândalo espanhol; revive intrigas locais”. (VOGEL, MELLO, SANTOS *et al.*, 1985, P. 21-23).

O livro foi publicado inicialmente como relatório final, com o título *Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro*, do projeto de pesquisa *Espaço social e lazer – estudo antropológico e arquitetônico do bairro do Catumbi*, elaborado, entre maio e dezembro de 1979, no Centro de Pesquisas Urbanas (CPU) do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), sob o patrocínio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com a colaboração do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cuja proposta inicial para financiamento data de 19 de janeiro de 1978. Pesquisa de cunho interdisciplinar, dela participaram os antropólogos Arno Vogel, na qualidade de coordenador do projeto, e Marco Antonio da Silva Mello, que o consolidaram etnográfica e conceitualmente, responsáveis por sua redação final. Participaram também o arquiteto-deseñista Orlando de Magalhães Mollica, o arquiteto-fotógrafo Paulo Pavel, o arquiteto-cineasta Sérgio Péo, a cineasta Tetê Moraes<sup>5</sup> e as pedagogas-sociólogas Magali Alonso de Lima e Zilda Clarice Martins Nunes; além do arquiteto e urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos, à época coordenador do CPU-IBAM, autor da apresentação do livro datada de abril de 1980, porém não assinada, e muitas vezes confundido como seu autor por decisões editoriais equivocadas, gravadas na ficha catalográfica da 2ª e 3ª edições, que acabaram induzindo leitores a tomá-lo como autor do livro, e não simplesmente de sua apresentação.<sup>6</sup>

O referido trabalho, além das duas tiragens feitas pelo IBAM, respectivamente, em abril e junho de 1980, conheceria, logo no ano seguinte, sua 2ª edição, revista e atualizada, com o título que passaria então a tornar o

<sup>5</sup> Nomes artísticos dos cineastas Sérgio Casemiro Jucá dos Santos e Maria Teresa Porciúncula Moraes, que o substituiu na finalização do filme *Quando a Rua Vira Casa* (1981). Sérgio Péo já havia antes realizado o filme *Rocinha 77* (1977), em que passeia com a câmera pelos labirintos da grande favela carioca, onde residiu por seis meses. Tetê Moraes, por sua vez, dirigiu depois o filme *Lajes, a Força do Povo* (1982), sobre uma experiência bem-sucedida de participação popular na administração municipal em Santa Catarina.

<sup>6</sup> O próprio Carlos Nelson Ferreira dos Santos, no livro *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*, em *Notas à etnografia de Catumbi*, esclarece a respeito da pesquisa antropológica no bairro realizada pelos colegas: 13 - “(...) No Catumbi, havia relações familiares muito fortes (...) e até mesmo grupos étnicos conhecidos por seu conservadorismo em matéria de comportamento profissional, doméstico e familiar (ciganos, italianos, espanhóis, portugueses). De qualquer forma, não sendo este o objetivo do estudo, fica aqui registrado um campo fértil para especulações e análises que, aliás, foram desenvolvidas por Marco Antonio Mello e Arno Vogel em pesquisa que levaram a cabo sobre uso do espaço social no bairro (cf. Vogel, 1980)” (SANTOS, 1981: 196-197).

livro referência obrigatória na literatura sobre os estudos urbanos: *Quando a rua vira casa. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro* (1981). Após uma série de dificuldades de montagem, o filme *Quando a rua vira casa* finalmente ficou pronto no mesmo ano, sendo exibido em 29 de abril de 1981 no auditório da FINEP, no Rio de Janeiro. Rapidamente esgotada a 2ª edição do livro, uma 3ª edição veio a público em outubro de 1985, envolvendo, desta vez, além do IBAM e da FINEP, a Editora Projeto (VOGEL, MELLO, SANTOS *et al.*, 1985), dirigida por Vicente Wissenbach em São Paulo, fundador e editor da revista de arquitetura *Projeto*.<sup>7</sup>

Essa experiência anterior de pesquisa de campo no Catumbi foi bastante favorável à aprovação do novo projeto pela mesma agência de fomento. Entretanto, um novo campo empírico foi proposto para o Laboratório de Arqueologia Urbana: o bairro de São Cristóvão, na Zona Norte carioca, com vistas a compreender as transformações no *campus* vicinal da instituição. Ao considerar o entorno imediato do Museu Nacional como estudo de caso, conforme a tradição sociológica da Escola de Chicago (COULON, 1995), a equipe de pesquisadores estaria então diante de uma *sucessão* de formas de ocupação, quando o Bairro Imperial, de endereço nobre no século XIX, passou a ser um bairro industrial, por sua posição estratégica e invejável infraestrutura disponível. Em seguida, com a desindustrialização da área e a consequente precarização de seu sistema construído, veio a tornar-se um bairro decadente em meio à construção de linhas ferroviárias, viadutos e avenidas atravessando seu perímetro ao longo do século XX.<sup>8</sup> Entrementes, surgiam novos distritos industriais bem longe do centro urbano, no contexto das transformações da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>7</sup> Uma 4ª edição do livro *Quando a rua vira casa* está sendo preparada pela EDUFF para ser lançada no início de 2016, a partir das matrizes felizmente conservadas por Vicente Wissenbach e pelo empenho editorial de seu diretor, Prof. Aníbal Bragança. Está prevista uma introdução crítica, elaborada pelos antropólogos Soraya Silveira Simões e Felipe Berocan Veiga, contextualizando a pesquisa etnográfica e ressaltando a atualidade de suas questões.

<sup>8</sup> Dentre os grandes projetos viários que atravessaram o bairro, figuram a Estrada de Ferro Leopoldina (1926), a Avenida Brasil (1946), o Elevado do Gasômetro (década de 1950), a Avenida Radial Oeste (anos 1960-70), a Linha 2 do Metrô Rio (1981) e a Linha Vermelha (1992).

O Laboratório de Arqueologia Urbana se estruturava em torno de um projeto-piloto, a partir de uma proposta de pesquisa de campo sistemática sobre o bairro de São Cristóvão, considerando as sucessivas ocupações do bairro, tal como antes realizado no estudo sobre o Catumbi. No setor de exposições do Museu Nacional, o projeto previa a organização de um pequeno ambiente que permitisse aos visitantes apreender o bairro e a cidade como um todo, a partir da apresentação de maquetes, plantas, perfis e objetos. É importante lembrar que naquele então não havia nenhum museu carioca que considerasse a cidade como seu objeto central, papel que hoje, por exemplo, o Museu de Arte do Rio – MAR procura encarnar, no contexto dos megaeventos (LA BARRE, 2015).

No âmbito do Departamento de Antropologia, o projeto, embora de escopo reduzido e experimental, era considerado ambicioso. Apesar de ter sido entusiasticamente acolhido por seu caráter inovador, recomendado por pareceristas e com indicações de financiamento aprovado pelos consultores da FINEP, não saiu, entretanto, das promessas de papel. Sua tramitação posterior no Museu Nacional sofreria várias restrições, marcada por percalços da política departamental e por protocolos burocráticos e institucionais interrompidos, que teriam sido necessários para o cumprimento de exigências junto ao órgão de fomento para a implantação da proposta e consequente liberação dos recursos.

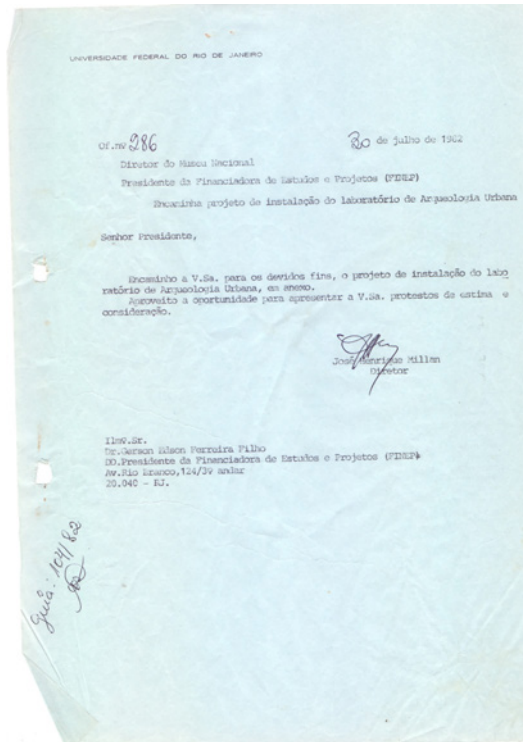
Diante das solicitações recentemente feitas pelo antropólogo Gabriel Ferreira Barbosa (PPGA-UFF e LeMetro/IFCS-UFRJ) para fins desta publicação, a arqueóloga responsável pela Reserva Técnica do Museu Nacional, Angela Maria Camardella Rabello, gentilmente elaborou breve e preciso histórico da tramitação interna do projeto do Laboratório de Arqueologia Urbana entre julho de 1982 e abril de 1983:

*“LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA URBANA – LAU/MN*  
Setor de Arqueologia/Museu Nacional/UFRJ – FNDCT/FINEP - Coordenação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão.

Histórico:

1. Julho/1982 - Solicitação para a instalação do Laboratório de Arqueologia Urbana, através de Ofício n.º. 286 de 30.07.82, guia 104/82, assinado pela Direção do Museu Nacional (**Doc. 1**).

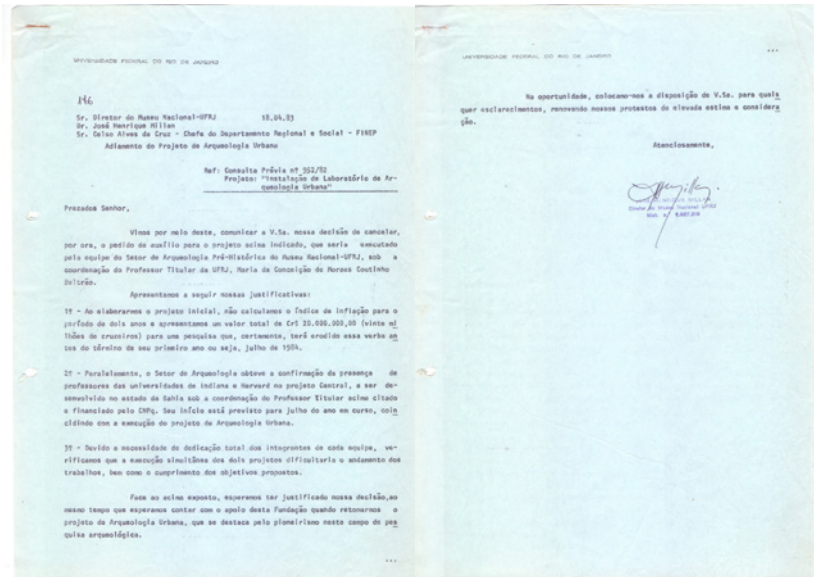




**Doc. 1 - Encaminhamento do projeto de instalação do Laboratório de Arqueologia Urbana à FINEP.**

2. Janeiro/1983 - Resposta da FINEP: enquadramento do projeto nas linhas de Apoio do FNDCT como Consulta Prévia nº. 952/82, Projeto: Instalação de Laboratório de Arqueologia Urbana, documento nº. 000927 de 25.01.1983. O documento prioriza 'a realização da pesquisa piloto proposta, devendo a instalação de um laboratório de arqueologia urbana ficar para uma fase posterior'. Estabelece, ainda, o prazo de 60 (sessenta) dias para a entrega da Solicitação Formal de Financiamento em roteiro anexo, sem o qual o projeto seria automaticamente arquivado naquela Financiadora.
3. Março/1983 - Pedido de prorrogação do prazo para entrega da Solicitação Formal de Financiamento, Of. nº. 101 de 10.03.83, assinado pelo Diretor do Museu Nacional, José Henrique Millan.

4. Abril/1983 - Adiamento do pedido de auxílio para o projeto em carta do Diretor do Museu Nacional, José Henrique Millan, ao chefe do Departamento Regional e Social da FINEP, Celso Alves da Cruz” (Doc. 2). (RABELLO, A. M. C., 10/Ago/2015, com. pess.).



**Doc. 2 - Adiamento do projeto do Laboratório de Arqueologia Urbana.**

A partir das referências ao projeto identificadas e elencadas por Angela Rabello, contando ainda com o auxílio e as indicações de Claudine Borges Leite, secretária da Direção do Museu Nacional, Gabriel Barbosa encaminhou-se à Seção de Memória e Arquivo – SEMEAR. Foi atendido pelo funcionário Jorge Dias Junior que, finalmente, disponibilizou o acesso ao acervo, tornando possível localizar a correspondência entre o Museu Nacional e a FINEP referente à proposta do LAU. A partir de outra consulta realizada junto ao órgão de fomento, Guida Wajnbergier, analista e coordenadora da área de logística da FINEP, enviou as seguintes informações por correio eletrônico:

“Localizei somente o número de referência do projeto: 836/82 - UFRJ/ Museu Nacional. Instalação do *Laboratório de Arqueologia Urbana - LAU/MN*, com a finalidade de aprofundar os estudos a respeito do desenvolvimento da sociedade urbana brasileira. (...) O projeto foi enquadrado em 10 de janeiro de 1983 e depois arquivado em 05 de maio de 1983” (WAJNBERGIER, G., 28/Jul/2015, com. pess.).<sup>9</sup>

O arquivamento da proposta, tal como evidencia-se a partir da documentação aqui reunida, põe fim às protelações encerrando abruptamente as tratativas até então bem sucedidas entre o órgão proponente e a agência financiadora. O expediente do Diretor do Museu Nacional, Dr. José Henrique Millan, interrompendo o projeto com financiamento aprovado, é esclarecedor a esse respeito. Os argumentos que sobressaem da decisão de cancelar o pedido de auxílio estão distribuídos em três justificativas: a primeira é de ordem orçamentária e contábil; a segunda refere-se à sobreposição de atividades decorrentes de outro projeto no campo da Arqueologia Pré-Histórica; e, finalmente, a terceira diz respeito à equipe técnica e à alegação da coincidência de seus compromissos.

O exame atento dos termos nos quais se estrutura o Ofício nº. 176/83, contudo, permite alcançar outra ordem: o primeiro argumento revela o que outros arquivos não conservaram, ou seja, o orçamento total de 20 milhões de cruzeiros ao longo de 24 meses de execução do projeto-piloto, de caráter experimental para a implantação do Laboratório. Segundo a tabela de correção monetária, o valor seria equivalente a 292 mil reais em 2015, ou a 76,6 mil dólares pela cotação atual. O motivo alegado no documento, de que “o índice da inflação para o período de dois anos (...) terá erodido essa verba antes do término de seu primeiro ano” era, na realidade, um falso argumento, uma vez que um órgão federal do porte da FINEP, comprometido com a promoção da pesquisa e do desenvolvimento científico-tecnológico, realizava todas as correções e ajustes monetários para o bom andamento dos projetos sob seu patrocínio.

<sup>9</sup> Agradecemos aqui a Amélio Gabriel Machado, Claudine Borges Leite (secretaria da Direção), Ângela Maria Camardella Rabello (Reserva Técnica) e Jorge Dias Junior (Seção de Memória e Arquivo - SEMEAR) no Museu Nacional; e a Guida Wajnbergier, na FINEP, pelos documentos importantes fornecidos para a realização deste artigo.

O terceiro item, por sua vez, soa como um argumento de conveniência, pois os recursos humanos e técnicos para implantação do projeto-piloto, com pesquisas empíricas de caráter etnográfico no bairro de São Cristóvão, não exigiam uma equipe numerosa que onerasse o Setor de Arqueologia do Museu Nacional ou que prejudicasse a execução de qualquer outro projeto simultâneo. Arranjos de cooperação entre as instituições federais de ensino e pesquisa supririam perfeitamente a alocação de recursos humanos previstos desde o início para o bom andamento do projeto, com uma equipe sabidamente reduzida. Recai, portanto, sobre o segundo argumento, todas as marcas de uma escolha deliberada em favor da tradição disciplinar:

“Paralelamente, o Setor de Arqueologia obteve a confirmação da presença de professores das universidades de Indiana e Harvard no projeto Central, a ser desenvolvido no estado da Bahia sob a coordenação do Professor Titular acima citado [Maria da Conceição Beltrão] e financiado pelo CNPq. Seu início está previsto para julho do ano em curso [1983], coincidindo com a execução do projeto de Arqueologia Urbana” (Ofício nº. 176/83, MN-UFRJ, 18/04/1983).

É, pois esse item do ofício que traz o argumento definitivo, no qual o Setor de Arqueologia comunica à FINEP ter outras prioridades de pesquisa, previstas para o mesmo ano e já financiadas pelo CNPq, reforçando sua filiação plena ao campo da Arqueologia Pré-Histórica. O Projeto Central, que se desdobraria desde então até a atualidade, tinha o condão de reconstituir a ocupação humana pré-histórica no sertão da Bahia explorando a planície calcária da Chapada Diamantina, no médio São Francisco, o que certamente exigiria coordenar uma logística complexa, administrar altos recursos humanos e financeiros, adquirir equipamentos e organizar excursões. Maria da Conceição Beltrão viria a encontrar ossos de animais pleistocênicos extintos, artefatos líticos e pinturas rupestres em novos sítios por ela identificados, como Toca dos Búzios, Toca do Aragão e Toca da Esperança, onde faria uma série de escavações importantes. A recepção a pesquisadores de notáveis universidades norte-americanas era fundamental para a legitimação de suas novas descobertas, na busca de certificação do projeto junto à comunidade acadêmica

internacional e, ao mesmo tempo, de ampliação das alianças transdisciplinares desejadas com as ciências naturais, tais como a Física, a Química, a Geologia, a Botânica, a Zoologia e a Paleontologia.<sup>10</sup> Diante desse quadro de alegações, não é de se estranhar, pois, que a Arqueologia Urbana não prosperasse naquele momento crucial.

## O campo em disputa

“Face ao acima exposto, esperamos ter justificado nossa decisão, ao mesmo tempo que esperamos contar com o apoio dessa Fundação quando retomarmos o projeto de Arqueologia Urbana, que se destaca pelo pioneirismo neste campo de pesquisa arqueológica”. (Ofício nº. 176/83, MN-UFRJ, 18/04/1983).

O projeto do *Laboratório de Arqueologia Urbana* trazia consigo uma aposta ousada com vistas ao alargamento do campo da disciplina no Brasil. A opção por seu cancelamento viria interromper, de parte a parte, a possibilidade de abertura de um diálogo almejado entre a Arqueologia Histórica e os estudos urbanos. Contudo, seu cancelamento traz as marcas da ambiguidade, com o reconhecimento institucional de seu caráter inovador, deixando no horizonte a possibilidade de sua realização futura, jamais concretizada. Sua proponente formal, embora inicialmente motivada com a ideia, não aceitou o desafio de se arriscar em uma área nova, tendo em vista os cálculos de seus custos e benefícios e as tendências de homogeneização no campo científico, concebido como um campo de disputa. Pois, segundo Pierre Bourdieu:

“Não há ‘escolha’ científica (...) que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes” (BOURDIEU, 1983: 126-127).

<sup>10</sup> Informações sobre o Projeto Central e publicações a seu respeito de Maria da Conceição Beltrão e equipe estão disponíveis no seguinte portal da internet: <<http://www.projeto-central.com>>

Os autores do projeto, Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello, embora pertencentes, na qualidade de professores-pesquisadores, a dois departamentos acadêmicos de universidades públicas federais (UFF e UFRJ), não tendo assento em nenhuma instância deliberativa no Museu Nacional, não puderam participar das decisões sobre seu cancelamento. Tampouco foram devidamente informados sobre sua tramitação interrompida ou mesmo sobre os argumentos evocados na correspondência com a agência financiadora. Diante do projeto frustrado e do embaraço entre seus proponentes, a publicação de um texto sobre o tema na *Revista de Arqueologia* seria logo depois proposta como uma espécie de reparação a seus autores. Assim, o artigo *Sistemas construídos e memória social: uma arqueologia urbana?* tornou-se conhecido ao ser publicado na *Revista de Arqueologia* (VOGEL e MELLO, 1984), fundada um ano antes por Maria da Conceição Beltrão. O periódico era originalmente editado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, publicado com apoio do CNPq e da FINEP, e mais tarde tornou-se revista oficial da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB. Em seus conselhos editorial e científico originais, figuravam, entre outros, Luciana Pallestrini,<sup>11</sup> Salette Maria Neme,<sup>12</sup> Gilberto Velho e Luiz de Castro Faria.

Os autores sequer tinham visto ainda o artigo publicado, quando Castro Faria, de modo inesperado, surpreendeu Mello ao entrar em sua sala, varejando a revista em sua direção e indagando em alta voz: “Vão fazer buraco na rua agora?!?”. Mais do que impertinência, o gesto súbito era uma espécie de alerta, por quem havia escrito os primeiros balanços sobre a Arqueologia no Brasil e conhecia muito bem seus arranjos e condições situacionais – ou o *estado de*

<sup>11</sup> Luciana Pallestrini, primeira orientadora de Marco Antonio da Silva Mello, em seu doutoramento na USP, foi, por sua vez, orientanda de André Leroi-Gourhan em Paris, com quem aprendeu o método de *escavação de superfícies amplas*, que divulgou no Brasil a partir da criação do Projeto Paranapanema e da estruturação do setor de Arqueologia no Museu Paulista (USP), na década de 1970. Leroi-Gourhan, por sua vez, havia sido vice-diretor do *Musée de l'Homme*, onde supervisionou o estágio de Luiz de Castro Faria, e sucessor de Marcel Griaule na Sorbonne na década de 1950, atuando na cátedra de Pré-História no *Collège de France* entre 1969 e 1982.

<sup>12</sup> Salette Maria Neme foi assistente de Maria da Conceição Beltrão no Museu Nacional, integrante da equipe do Projeto Central. Como historiadora de formação, realizou seus estudos acadêmicos em Arqueologia Histórica, sob orientação de Eulália Lameyer Lobo (Mestrado) e Francisco Falcon (Doutorado) no IFCS-UFRJ. Agradecemos aqui à Salette Maria Leme e a Luiz Felipe Baêta Neves (MN-UFRJ e UERJ) pelos esclarecimentos recentes, que permitiram reconstituir a ambiência intelectual do Setor de Arqueologia e suas complexas relações no Departamento de Antropologia do Museu Nacional.

*coisas do campo (Sachverhalt)*, como gostava de dizer. Em sua atitude, Castro Faria encarnava o papel da estrutura e das posições de poder, diante de uma instituição, um Museu de História Natural e de sua conjuntura, onde as chances de sucesso naquela aposta eram muito reduzidas. Havia uma desproporção visível entre as partes envolvidas e o projeto em tela poderia parecer uma “jogada” (GOFFMAN, 2009) espécie de pretexto para uma afiliação espúria a uma instituição consagrada.

Apesar da manifestação histriônica de sua resistência à novidade, Castro Faria não desconhecia de todas as sugestivas propostas no campo da Arqueologia Industrial que chegavam ao Brasil na década de 1970, sobretudo, a partir das conferências realizadas pelo brasileiro Eddy Stols, professor emérito da Universidade Católica de Leuven, na Bélgica; e também por José Amado Mendes, na ocasião professor de História Econômica da Universidade de Coimbra, autor de estudos sobre a indústria de vidros em Leiria, Portugal, em funcionamento desde a primeira metade do século XVIII e seu papel modernizador durante o reinado de D. João V.<sup>13</sup>

Como professor titular e um dos fundadores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, a convite de suas colegas e ex-alunas Aydil de Carvalho Preiss e Ismênia de Lima Martins, Castro Faria não só esteve presente às conferências, como as difundiu entusiasticamente entre seus colegas e alunos. Quando o recém-criado PPGH-UFF recebeu o historiador *flamand* como conferencista, Eddy Stols desenvolvia um programa de pesquisa nos marcos teóricos da História Econômica, tendo como propósito investigar o capitalismo belga e sua expansão nos países periféricos. No caso brasileiro, algumas fábricas de tecido de capital belga, coincidentemente encontravam-se nas cidades de Niterói e São Gonçalo, nos bairros industriais do Barreto e de Neves. Sua pesquisa visava reconstituir o espaço construído e os processos fabris, considerando os recursos tecnológicos

<sup>13</sup> Agradecemos aos professores Francisco Falcon (Professor Emérito - UFF e UFRJ), Maria Célia Falcon (UFF), César Honorato (UERJ e UFF), Antonio Edmilson Martins Rodrigues (UERJ e PUC-RJ) e Aydil de Carvalho Preiss (UFF) pelas informações e conversas que permitiram reconstituir o campo da Arqueologia Industrial e da História Econômica no Brasil, a partir da década de 1970. Wagner Neves Rocha (UFF) também foi de fundamental ajuda para a busca de informações e contatos a esse respeito.

disponíveis no século XIX e início do século XX, tais como a construção de canais, comportas e eclusas e o uso expressivo da arquitetura metálica em estações ferroviárias, portos, pontes, moinhos, silos, faróis, mercados, galerias e fábricas.

Após sua conferência sobre Arqueologia Industrial, Eddy Stols foi na companhia de sua colega Maria Célia Falcon, professora de História da UFF, realizar uma espécie de visita guiada de caráter exploratório a essas fábricas, muitas delas já fechadas e a antigos esqueletos de instalações industriais. Esse encontro gerou uma relação de amizade duradoura entre historiadores fluminenses e o conferencista, que retornaria outras vezes ao Brasil e em 1994 receberia três colegas da UFF e da UFRJ em Bruxelas: Francisco Falcon, Maria Célia Falcon e Maria Yedda Linhares. Assim como Lille, no norte da França, a região de Flandres, no norte da Bélgica, conheceu intensa industrialização, seguida de processos de desindustrialização, o que permitia considerar as transformações no espaço e seus testemunhos materiais em distintas fases da Revolução Industrial.

Para além do projeto engavetado, por que motivos, afinal, a inserção da área de Arqueologia Urbana nos cursos de Arqueologia não vingou, mesmo posteriormente? Quais seriam os problemas, os *enjeux*, as perdas e ganhos na aproximação entre as duas disciplinas, uma vez que a Arqueologia é o passado da Antropologia (HUDSON, 1976, p. 17), conforme a clássica definição? Ao analisar o campo e suas vicissitudes, é de se notar que a Arqueologia esteve por décadas no Museu Nacional sem nenhum tipo de vínculo com a pós-graduação. E mesmo quando tardiamente se institucionaliza como área na universidade, a Arqueologia Urbana não se torna disciplina regular e obrigatória em cursos de



Graduação<sup>14</sup> nem de Pós-Graduação em Arqueologia.<sup>15</sup> Só mais recentemente, antropólogos trabalhariam em consórcio com arqueólogos e historiadores, no contexto dos projetos de consultoria ambiental e laudos periciais. A respeito das diferenças implícitas e explícitas no campo disciplinar, o arqueólogo Rossano Lopes Bastos<sup>16</sup> esclarece em entrevista:

“A Arqueologia, diferentemente da Antropologia, no Brasil, ainda se caracteriza por uma disciplina em formação, ao passo que a Antropologia já se constitui numa disciplina com um corpo teórico mais amadurecido. Esta relação se dá, principalmente em função dos objetos estudados por cada uma delas e pelo fato de a Arqueologia ter se desenvolvido mais lentamente, no Brasil. Se, por um lado a Antropologia tem seu nascedouro dentro dos museus, a Arqueologia nasce *para* os museus, isto é, para alimentá-los com a cultura material e aqui lembramos o ‘período do colecionismo’. Enquanto a Antropologia sai dos museus para o campo e a academia, a Arqueologia sai da academia e do campo para os museus.

(...) A Arqueologia e a Antropologia vivem um momento de tensão sem que uma efetiva e desejável aproximação construa aportes transversais de entendimento e de utilização mútuos. No Brasil, infelizmente, a Antropologia ainda não reconhece a Arqueologia como uma

<sup>14</sup> O primeiro curso de Graduação em Arqueologia no Brasil, atualmente extinto, foi criado por Osvaldo Heredia nas Faculdades Integradas Estácio de Sá em 1979, onde dois anos depois foi fundada a Sociedade de Arqueologia do Brasil - SAB. A partir de 2005, vários cursos de Graduação surgiram na área: 3 na Região Norte (UEA, UNIR e UFOPA), 4 no Nordeste (UFPE, UFPI, UNIVASF e UFS), 1 no Centro-Oeste (PUCGO), 3 no Sudeste (UERJ, UFMG e UNIMES) e 2 do Sul (UFPEL e FURG). Interessante observar que boa parte desses cursos prosperaram próximos a sítios arqueológicos, ou seja, a poucas horas do canteiro de obras dos profissionais no campo, distantes, por sua vez, dos gabinetes consagrados das coleções museográficas.

<sup>15</sup> Desde 1972, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE-USP oferece a mais antiga Pós-Graduação em Arqueologia do país, quando criou essa área de concentração no Mestrado e Doutorado em Antropologia e em 2004, constituiu seu programa independente. Em parceria com a Fundação Museu do Homem Americano – FUNDHAM, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE em 2002. Quatro anos depois, foram criados o PPGAQ do Museu Nacional – UFRJ e o PPGAN-UFMG, que oferece áreas de concentração em Antropologia Social e Arqueologia. Em 2008, na UFPI surgiu o Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia – PPGAARQ. Dois anos mais tarde, o PROARQ no campus Laranjeiras da UFS e o PPGA - UFPA iniciaram suas atividades esse último com áreas de concentração em Arqueologia, Antropologia e Bioantropologia. Em 2012, surgiu o PPGAnt - UFPEL, com áreas de concentração em Antropologia Social e Cultural e em Arqueologia. Ver, a esse respeito, BEZERRA, 2008, PROUS, 2013 e SOUSA, 2015.

<sup>16</sup> Rossano Lopes Bastos possui Graduação em Arqueologia pela UNESA, Especialização em Arqueologia Pré-Histórica pelo Museu Nacional, Mestrado em Geografia pela UFSC e Doutorado em Arqueologia pela USP. É arqueólogo do IPHAN desde 1985 e foi presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira entre 2005 e 2007.

disciplina irmã e sim, uma filha bastarda. Por outro lado, os arqueólogos, lidando com um campo extremamente vasto, interdisciplinar e transversal têm procurado afirmar a Arqueologia como uma disciplina independente, mesmo que, no passado, a Arqueologia tenha sido uma disciplina mais importante que a Antropologia” (BASTOS, 2015).

Nesse contexto de diferenças cultivadas e de busca por legitimidade na *hierarquia dos objetos*, a Arqueologia Urbana foi se associar à Arqueologia Industrial, diante do interesse despertado pelo assunto em pesquisadores da área da História Econômica, tais como Eulália Maria Lahmeyer Lobo, autora de pesquisas sobre o capitalismo industrial e o contexto operário no Rio de Janeiro, e Bárbara Levy, que investigava a memória do mercado de capitais. Eddy Stols e seus colegas Francisco Falcon e Antonio Edmilson Martins Rodrigues, juntamente com seu ex-aluno César Honorato, chegaram mesmo a esboçar um projeto nessa área, que não teve continuidade por falta de interesse institucional.

Assim, a Arqueologia Industrial também não vingou plenamente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História, dessa vez por questões referentes à redução dos estudos em História Econômica que marcaram o campo disciplinar nas décadas de 1970 e 1980, permeado por disputas internas entre as abordagens marxistas, de um lado, e quantitativistas, de outro. O debate que dividia os historiadores inviabilizou posteriormente o maior fomento da História Econômica e, com ela, o florescimento da Arqueologia Industrial no Brasil, diante da cotação dessa área em baixa no mercado acadêmico de então. Rejeitado pela segunda vez, o tema migrou de modo marginal para o campo da Arquitetura & Urbanismo, como única área que finalmente se interessou por seus objetos empíricos, tais como plantas industriais, edifícios históricos, maquinaria, traçados e equipamentos urbanos.

Após mais de três décadas, a oportunidade de publicação dos originais do projeto do Laboratório de Arqueologia Urbana traz à tona a densidade das questões teóricas e metodológicas apresentadas que ainda permanecem atuais, *vis-à-vis* à simplicidade do texto. A exumação dos termos do projeto é também, desse modo, a proposta de exumação de uma interlocução perdida em um campo marcado por disputas. Pois a respeito da disciplina, o arqueólogo Richard B.

Woodburry sentenciou:

“A Arqueologia pode definir-se como a Antropologia de culturas extintas. (...) A Arqueologia pode considerar-se também como uma série de técnicas especializadas para se obter dados culturais do passado, dados que podem ser utilizados por antropólogos, historiadores, críticos de arte, economistas ou quaisquer outros especialistas interessados pelo homem e suas atividades. Esse ponto de vista tem a vantagem de eliminar o problema de determinar se Arqueologia é Antropologia ou História e permite abarcar os diversos e, às vezes, incompatíveis fins para os que se utilizam dos dados e conclusões arqueológicas. A maior contribuição da Arqueologia reside na profundidade histórica com que complementou os estudos sincrônicos da Antropologia sobre sociedades de todas as partes do mundo”. (WOODBURRY, 1974, p. 533. Tradução nossa)

Não raro, no campo das Ciências Humanas, a Arqueologia esbarra no problema epistemológico de uma ciência confundida com suas técnicas e métodos, ao reificar a dimensão diacrônica sob a espécie da *escavação*. Contrastivamente, a proposta de uma Arqueologia Urbana põe em relação e evidencia, na contemporaneidade, a copresença de várias temporalidades simultâneas presentes num mesmo sistema de estruturas: a urbe e seu sistema construído. Em seu artigo *Patrimônio industrial: algumas questões em aberto*, a arquiteta Beatriz Mugayar Kühl, ao mapear o debate conceitual, a problematização das periodizações e a dispersão das categorias empregadas nos novos estudos em Arqueologia Industrial, chama atenção para o seguinte:

“Outro ponto a ser discutido é o próprio uso da palavra ‘arqueologia’, tema de numerosas controvérsias ao longo das décadas de 1970 e 1980, pois certos autores contestavam seu emprego a esse propósito, questionando a pertinência para casos em que não fosse necessário o emprego de métodos da arqueologia ‘tradicional’ (em especial escavações) e em que não existissem testemunhos materiais da atividade produtiva. Mas a arqueologia industrial pode ser entendida de maneira ampla, como enfatiza Hudson, que evidenciou a largueza semântica da palavra ‘arqueologia’, associando-a a fases passadas de manifestações humanas”. (KÜHL, 2010, p. 26)

O contexto da época do projeto do LAU é revelador pois, no mesmo ano de 1982, faleceu o escritor francês Georges Pérec, cujas crônicas sobre a rua em que morou no XX<sup>ème</sup> Arrondissement de Paris, cujo casario foi demolido para dar lugar ao Parc de Belleville, inspiraram o filme *En remontant la rue Vilin*, dirigido por Robert Bober (1992, 48 min.).<sup>17</sup> Em 1987, *The Building* foi publicado pelo quadrinista Will Eisner, exemplo clássico de *graphic novel* que explora, com riqueza de detalhes e situações, a vida cotidiana no Bronx e as transformações urbanas de Nova York sob a administração de Robert Moses. Assim o autor inicia seu livro:

“Por mais de oitenta anos o edifício fincou-se no cruzamento de duas grandes avenidas. Era um marco cujas paredes resistiam à chuva de lágrimas e ao golpe das risadas. Com o tempo, um acúmulo invisível de dramas formou-se ao redor da sua base. Um dia o prédio foi demolido, deixando em seu lugar um horrível vazio e o resíduo de destroços psíquicos. Depois de vários meses, um novo edifício ergueu-se de dentro da cratera”. (EISNER, 2009, p. 161)

### Por trás das ruínas

No centro histórico do Rio de Janeiro, nos imóveis de números 77 e 79-81 da Praça Tiradentes, convivem, lado a lado, o antigo e o novo endereço da Gafeira Estudantina, numa vizinhança de sobrados geminados. O estilo arquitetônico esconde, com sua semelhança física e proximidade no espaço, a descontinuidade no tempo. A própria fachada promove a conexão entre o passado e o presente que compõe o imaginário da gafeira e que integra as estratégias comerciais adotadas pelo galego-espanhol Isidro Page, o dono da casa. De dia, a ruína do antigo salão é perceptível por algumas janelas quebradas que permitem ao passante avistar o céu. De noite, no entanto, disfarçada pelos

<sup>17</sup> A respeito das marcas visíveis das transformações no bairro de Belleville, ver também os seguintes documentários: *Babelville* (diretor: Philippe Baron, 1992, 55 min.) e *10 rue Lesage, Belleville: arqueologia urbana de um bairro popular parisiense* (diretores: Marco Antonio da Silva Mello, Augustin Geoltrain, Felipe Berocan Veiga e Soraya Silveira Simões, 2010, 77 min.), exibido no cinema da USP – CINUSP, a convite de Silvío Luis Cordeiro, durante a *III Mostra Audiovisual Internacional em Arqueologia – III MAIA*, realizada em 25 de novembro e 01 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.veoh.com/watch/v32185951ysS6A8fk>.

tapumes das janelas mais baixas e pelas grandes portas fechadas, transforma-se na “moldura de uma vida” (SIMMEL, 1998, p. 139) em cenário do alegre passeio por onde senhoras perfumadas e seus *partners* desfilam em direção ao baile.

Em seu ensaio sobre a ruína publicado em 1911, Georg Simmel sentencia: “o que constitui a sedução da ruína é que nela uma obra humana é afinal percebida como um produto da natureza” (*Idem, ibidem*). Considerando, dentre as artes, a arquitetura a que mais ressalta a vitória do espírito humano, o autor observa que a ruína paradoxalmente inverte essa lógica, diante da ação demolidora da chuva, do vento e da vegetação que não para de crescer; enfim, do tempo, que reconduz pedras e alicerces subtraídos da natureza pelo engenho humano de volta às suas tonalidades originais. Simmel considera que, dentre os fragmentos de obras de arte destruídas, a ruína é a mais significativa, pois adquire um novo sentido, uma nova totalidade em si mesma. Diante de seu “efeito trágico – mas não triste”, acrescenta:

“Ela é o sítio da vida, da qual a vida se separou. (...) A ruína cria uma forma presente de uma vida passada, não segundo seus conteúdos e restos, mas segundo seu passado como tal. Isto constitui também a sedução das antiguidades (...). O passado com seus destinos e suas mudanças é reunido neste momento de observação estética” (SIMMEL, 1998, p. 140-142).

O velho sobrado da Praça Tiradentes revela a imponência do que foi o sistema construído em seu passado glorioso, na virada do século XX. Albert Speer, ministro e arquiteto-chefe da Alemanha nazista, concebeu a teoria do *valor da ruína*, segundo a qual todos os edifícios alemães deveriam ser desenhados com uma estética imponente, para que suas ruínas, num futuro distante, testemunhassem o poder da civilização alemã, tal como as ruínas greco-romanas representavam a grandeza dos povos clássicos (SPEER, 1970, p. 55-56). Esse princípio, que demandou ao arquiteto um minucioso estudo sobre *resistência dos materiais*, foi adotado por Hitler com entusiasmo, que aprovou, em 1938, seu projeto de construção da monumental Chancelaria do Reich, com amplos salões e imensa galeria em mármore vermelho. Após o bombardeio de

Berlim, o edifício foi inteiramente destruído pelos soviéticos, apagando suas ruínas e marcas da paisagem e reconduzindo suas pedras para a construção de um memorial soviético da II Guerra na capital alemã.

Ao contrário de Simmel, para quem as ruínas davam uma “impressão de paz”, a socióloga Barbara Freitag observa “a proximidade inconfundível entre guerra e ruína, ruína e arte”, analisando aspectos da renovação urbana em Berlim (FREITAG, 2001, p. 3). A autora chama a atenção para o culto a edifícios destruídos pelos bombardeios da cidade, como a *igreja-memorial* (*Gedächtniskirche*) do Kaiser Wilhelm, com sua torre parcialmente destruída e chamada popularmente de “o dente oco” (*der Hohle Zahn*). O processo de valorização simbólica das ruínas, como o próprio *muro* de Berlim e seus fragmentos vendidos como *souvenirs*, abre as portas para a transformação da cidade em cenário para projetos de “intervenções urbanas” e de galerias de arte a céu aberto, alterando substantivamente o que antes era visto como sinais da decadência em objeto de interesse estético e econômico (*Idem, ibidem*).

A gramática de argumentos desses processos de renovação urbana, cada vez mais globalizados e articulados entre si, se repete em grande parte das metrópoles em bairros considerados degradados como, por exemplo, Mitte (Berlim), Belleville (Paris), Raval (Barcelona) e Bronx (Nova York). É o que vem acontecendo de modo acelerado na Zona Portuária do Rio de Janeiro e também na Lapa e na Praça Tiradentes, onde a transformação dos negócios e moradias da chamada “renovação urbana”, no fundo, representa uma *renovação humana*, diante da mobilidade residencial forçada e dos processos de gentrificação, com a remoção de antigos moradores e comércios indesejados de áreas tipificadas como “problemáticas”.

Em meio às batalhas de arquitetos e planejadores urbanos contra a degradação dos edifícios e utilizando argumentos em prol da “revitalização”, os sobrados antigos que ainda restam e as ruínas urbanas do centro da cidade passaram a ser mapeados e disputados pelos projetos de intervenção. Por trás das fachadas, no entanto, escondem-se não só os eventuais ocupantes, mas também o porquê da existência dessas ruínas, revelando a fragilidade das estruturas e instituições sociais: as disputas familiares de antigos proprietários

e seus descendentes, a morosidade dos processos sobre espólios e inventários na justiça civil, a inconstância das políticas de financiamento de moradia, o abandono de imóveis por órgãos públicos e irmandades religiosas, os reiterados incêndios e desabamentos, a falta de investimentos em áreas desconsideradas pelo poder público e os entraves dos moradores e comerciantes com as exigências das políticas de patrimônio.

Simmel observa a condição liminar das ruínas, pois “entre o ‘ainda não’ e o ‘não mais’ existe um traço de espírito”. O jogo entre o passado e o presente, entre a extinção e a permanência, entre guerra e paz, morte e vida ou mesmo entre natureza e humanidade, se coloca diante dessas fachadas idênticas da Praça Tiradentes em que continuidades e descontinuidades se confundem. Para os antigos funcionários e frequentadores, as ruínas do velho salão de dança têm outro significado: são, portanto, importantes testemunhos de uma *arqueologia urbana*.

Como se visitassem escavações arqueológicas, por meio de narrativas envolventes e gestos de grande expressividade moral, os moradores e usuários de casas demolidas tentam restituir os sentidos da convivência e do cotidiano apagados definitivamente da paisagem moderna, porém preservados na memória com viva densidade emocional. Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello argumentam que “uma Arqueologia Urbana pode nos ensinar muita coisa, não só a respeito das práticas do dia a dia, mas também a respeito dos sonhos e da imaginação, das artes do fazer e do viver de uma sociedade”. Assim, analisando o sistema construído da região da Cidade Nova e, a partir dele, seus usos no presente e no passado, observam que:

“As cidades são verdadeiros sistemas de memória. Enquanto tais, os centros urbanos – sistema construído e relações que o animam – constituem uma unidade em tensão e em processo. Ao mesmo tempo, apresentam-se como uma espécie de arquivo do modo de viver que os concebeu e como agência produtora de novos modos de vida. Arquivo em permanente processo de atualização, portanto. Nele, os princípios, as ideias e as relações características de uma determinada sociedade, além de se inscreverem materialmente, podem ser apreendidos de forma sintética” (VOGEL e MELLO, 1984, p. 50).

Em geral, as rápidas transformações se pautam por ideais como “progresso” e “desenvolvimento”, como no caso da construção das autopistas que seccionaram inteiramente o bairro do Catumbi. Contudo, muitas intervenções urbanas, igualmente excludentes do ponto de vista social, se orientam por certa visão preservacionista e idealizada das cidades como cenários irretocáveis, promovendo “um certo esteticismo da antiguidade (*rareté*)”. Essa parece ser a tendência despertada pela ideia de um “novo Rio antigo”, na qual se inserem atualmente os projetos de transformação da Lapa e da Praça Tiradentes.

A perspectiva dessas mudanças nos remete ao drama das remoções e despejos, constantes nos processos de renovação urbana ocorridos ao longo da história do Rio de Janeiro, desarticulando pessoas vinculadas afetivamente entre si e em relação a um território de vivência e experiência comum. No caso da Gafieira Estudantina, tanto os ocupantes da ruína ao lado quanto os do salão de dança em atividade temem ser varridos pelas remoções, porém em graus distintos de inserção e acionando diferentes estratégias. Em seu capítulo *A Memória Coletiva e o Espaço*, Maurice Halbwachs atribui particularmente ao comércio tradicional, aparentemente anacrônico, a força do apego aos lugares, com suas formas de frequência e vindicação de pertinência, diante dos processos de transformação urbana. Segundo o autor:

“É assim que nos surpreendemos ao encontrar ilhotas arcaicas no meio de bairros novos. É curioso ver reaparecer, mesmo depois de um intervalo em que nada parecia subsistir em bairros totalmente reformados e onde se acreditava que não tinham mais lugar, os estabelecimentos de prazer, os teatrinhos, os bolsões comerciais mais ou menos escondidos, os brechós etc. Isso acontece principalmente com os ofícios, os negócios e todos os modos de atividades um pouco antigas, que não tem mais lugar nas cidades modernas. Eles subsistem em virtude da forma adquirida e certamente teriam desaparecido, se não se prendessem teimosamente aos lugares que outrora lhe eram reservados” (HALBWACHS, 2006, p. 164-165).

Pelo fato de a Praça Tiradentes se parecer com uma dessas “ilhotas arcaicas” em plena área central de negócios do Rio de Janeiro, foi que políticas de renovação urbana se dirigiram para lá desde o início dos anos 2000, com a



escolha do local para as intervenções urbanas do Programa Monumenta, do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional do Ministério da Cultura – IPHAN/MinC, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no valor de R\$ 17,6 milhões.

Assim, como as ruínas das velhas gafeiras – esses verdadeiros “fantasmas da cidade” (CERTEAU e GIARD, 2008, p. 189) – a memória dos mais antigos dançarinos, frequentadores, comerciantes e conhecedores do assunto também se apresenta em fragmentos, por vezes contraditórios, por vezes encaixando no *patchwork* as peças na reconstituição dos vestígios de um tempo perdido. Durante a pesquisa de campo (VEIGA, 2011), os interlocutores exercitavam na companhia do etnógrafo uma *arqueologia urbana*, ao descreverem interiores e enumerarem os sucessivos negócios que, um dia, funcionaram nos imóveis ainda existentes ou desaparecidos, como pontos de referência importantes para a configuração da Praça Tiradentes como o endereço certo da vida noturna e da dança social na cidade. Desse modo, ruínas de vários níveis se conjugavam: a ruína arquitetônica das gafeiras antigas expressavam ruínas financeiras de negócios que, por uma série de razões, não foram mais capazes de se sustentar a partir das décadas de 1960 e 70. E, cada vez mais, se torna difícil reconstituir seus estilos, públicos, modos de funcionamento e práticas cotidianas, diante de memórias, também elas em ruínas.

Por fim, em seu notável ensaio *O mal-estar na civilização*, escrito às vésperas da crise de 1929, Freud propõe um exercício de ficção de alta complexidade e nos convida a uma espécie de *parcours commenté* por Roma, cidade antiga de suas predileções e desejos. Ao longo do percurso evidencia uma cartografia imaginária, ao subverter, como nos sonhos, a dimensão espaço-temporal e seus artifícios da experiência, condensando perspectivas diversas e simultâneas no inconsciente em analogia com as formas urbanas:

“Desde que superamos o erro de supor que o esquecimento com que nos achamos familiarizados significava a destruição do resíduo mnêmico – isto é, a sua aniquilação –, ficamos inclinados a assumir o ponto de vista oposto, ou seja, o de que, na vida mental, nada do que uma vez se formou pode perecer – o de que tudo é, de alguma maneira, preservado

e que em circunstâncias apropriadas (quando, por exemplo, a regressão volta suficientemente atrás), pode ser trazido de novo à luz. Tentemos apreender o que essa suposição envolve estabelecendo uma analogia com outro campo. Escolheremos como exemplo a história da Cidade Eterna. (...) Não acompanharemos mais as modificações por que a cidade passou; perguntar-nos-emos, porém, o quanto um visitante, que imaginaremos munido do mais completo conhecimento histórico e topográfico, ainda pode encontrar, na Roma de hoje, de tudo que restou dessas primeiras etapas. (...) Dos prédios que outrora ocuparam essa antiga área, nada encontrará, ou, quando muito, restos escassos, já que não existem mais. No máximo, as melhores informações sobre a Roma da era republicana capacitariam-no apenas a indicar os locais em que os templos e edifícios públicos daquele período se erguiam. Seu sítio acha-se hoje tomado por ruínas, não pelas ruínas deles próprios, mas pelas de restaurações posteriores efetuadas após incêndios ou outros tipos de destruição. Também faz-se necessário observar que todos esses remanescentes da Roma antiga estão mesclados com a confusão de uma grande metrópole, que se desenvolveu muito nos últimos séculos, a partir da Renascença. Sem dúvida, já não há nada que seja antigo enterrado no solo da cidade ou sob os edifícios modernos. Este é o modo como se preserva o passado em sítios históricos como Roma. Permitam-nos agora, num voo da imaginação, supor que Roma não é uma habitação humana, mas uma entidade psíquica, com um passado semelhantemente longo e abundante – isto é, uma entidade onde nada do que outrora surgiu desapareceu e onde todas as fases anteriores de desenvolvimento continuam a existir, paralelamente à última (...).”

“A essa altura não faz sentido prolongarmos nossa fantasia, de uma vez que ela conduz a coisas inimagináveis e mesmo absurdas. Se quisermos representar a sequência histórica em termos espaciais, só conseguiremos fazê-lo pela justaposição no espaço: o mesmo espaço não pode ter dois conteúdos diferentes. Nossa tentativa parece ser um jogo ocioso. Ela conta com apenas uma justificativa. Mostra quão longe estamos de dominar as características da vida mental através de sua representação em termos pictóricos.” (FREUD, 1996, p. 77-79)

## REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Carlos Drummond de. *As impurezas do branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1973].
2. ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio*, n. 30, Dossiê *Mário de Andrade*. Brasília: IPHAN, p. 271-287, 2002 [1935].
3. BAKOS, Margaret (org.). *Egiptomania: o Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004.
4. BASTOS, Rossano Lopes. Arqueologia no Brasil - Atualizando o debate. *Comunidade Virtual de Antropologia*, n. 39. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/entr/entr39.htm>>. Acesso em: 1 jul. 2015.
5. BEZERRA, Marcia. “Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil”. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2. São Paulo: SAB, p. 139-154, 2008.
6. BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, p. 122-155 (Grandes Cientistas Sociais; 39), 1982 [1976].
7. CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003 [1972].
8. CASTRO FARIA, Luiz de. *Um outro olhar: diário da expedição à Serra do Norte*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2001.
9. \_\_\_\_\_. *Escritos exumados 2: dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói, RJ: EdUFF, 2000 (Antropologia e Ciência Política; 19).
10. \_\_\_\_\_. “Lições de sabedoria e generosidade. Lembranças de Mário de Andrade. São Paulo, 21/09/1992”. *Fundo Luiz de Castro Faria*, caixa 09, documento C.F.D.A. 09.06.097. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCT. Texto inédito. Mimeo.
11. \_\_\_\_\_. “A Antropologia no Brasil: depoimento sem compromisso de um militante em recesso”. *Anuário Antropológico* 82. Brasília: Tempo Brasileiro, p. 228-250, 1984.
12. CERTEAU, Michel de e GIARD, Luce. Os fantasmas da cidade. In: CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano*. 2. Morar, cozinhar. 7ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 189-202, 2008 [1980].
13. COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas, SP: Papirus, 1995 [1992].
14. EISNER, Will. “O edifício”. *Nova York: a vida na grande cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1987] (Quadrinhos na Cia.).

15. FERNANDES, Millôr. *Millôr definitivo: a bíblia do caos*. 15ª. ed. ampl. Porto Alegre: L&PM, 2007 [1994].
16. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
17. FREITAG, Barbara. “A ruína urbana como obra de arte: o ‘caso Brásmitte’”. *XXV Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu (MG), 16-20 out. 2001. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=4577&Itemid=356](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4577&Itemid=356). Acesso em: 2 fev. 2010.
18. FREUD, Sigmund. “O mal-estar na civilização” [1929-1930]. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Volume XXI (1927-1931) - O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
19. FUNARI, Pedro Paulo A. “Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências”. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2. Campinas, SP: SBPC, p. 23-25, 2013. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v65n2/10.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2015.
20. GOFFMAN, Erving. “Acalmando o otário: alguns aspectos de adaptação à falha”. *Plural – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, v. 16, n. 1. São Paulo: PPGS-USP, p. 195-211, 2009 [1952].
21. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “O patrimônio como categoria de pensamento”. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mario (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, p. 21-29, 2003.
22. HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006 [1950]. 222 p.
23. \_\_\_\_\_. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.
24. HUDSON, Kenneth. *Industrial Archaeology. A New Introduction*. 3ª. ed. London: Baker, 1976 [1963].
25. KÜHL, Beatriz Mugayar. “Patrimônio industrial: algumas questões em aberto”. *Arq.urb: Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, n. 3. São Paulo: USJT, p. 23-30, 2010.
26. LA BARRE, Jorge de. “O espaço carioca entre espetáculo e resistência”. In: CUNHA, Neiva Vieira da, FREIRE, Leticia de Luna, MARTINS, Maíra Machado e VEIGA, Felipe Berocan (orgs.). *Antropologia do conflito urbano: conexões Rio-Barcelona*. Rio de Janeiro: Lamparina, LeMetro/IFCS-UFRJ, 2015 (em preparação).
27. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História* [1952]. *Antropologia estrutural 2*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 328-366, 1976 [1973] (Biblioteca Tempo Universitário, 45).
28. \_\_\_\_\_. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955.

29. MATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. 3ª. edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983 [1981].
30. PROUS, André. “As muitas arqueologias das Minas Gerais”. *Revista Espinhaço*, v. 2, n. 2. Diamantina, MG, UFVJM, p. 36-54, 2013.
31. ROITER, Márcio Alves. “A influência marajoara no Art Déco brasileiro”. *Revista UFG*, ano XII, n. 8, Goiânia, PROEC-UFG, p. 19-27, jul. 2010.
32. SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
33. SIMÃO, Lucieni de Menezes. “Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, v. 4, n. 3. Belém: MPEG/CNPq, p. 421-435, set.-dez. 2009.
34. SIMMEL, Georg. “A ruína” [1911]. SOUZA, Jessé, ÖLZE, Berthold (orgs.). *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Ed. UnB, p. 137-144, 1998.
35. \_\_\_\_\_. “A filosofia da paisagem” [1912]. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 12. João Pessoa: UFPB, p. 15-24, set. 1996.
36. SOUSA, João Carlos Moreno de. “Como se tornar um arqueólogo no Brasil: lista de cursos”. *Arqueologia e Pré-História*. Disponível em: <http://arqueologiaeprehistoria.com/o-que-e-arqueologia/como-se-tornar-um-arqueologo-no-brasil>. Acesso em: 1 jul. 2015.
37. SPEER, Albert. *Inside the Third Reich. Memoirs*. Nova York: Macmillan, 1970 [1969].
38. STOCKING JR., George W. *Volksgeist as Method and Ethic: essays on Boasian ethnography and the German anthropological tradition*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1996 (*History of Anthropology*, v. 8).
39. VALENTINI, Luísa. *Um laboratório de Antropologia: encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. São Paulo: Alameda, 2013.
40. VEIGA, Felipe Berocan. “O ambiente exige respeito”: etnografia urbana e memória social da Gafieira Estudantina, 2011. 438 p. 2 vol. Tese (doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro.
41. \_\_\_\_\_. “O professor emérito”. *Antropolítica*, nº. 16. Niterói, RJ: PPGACP-UFF, p. 11-14, 1º. sem. 2004.
42. VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. “Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi”. *Arquitetura Revista*, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro, FAU-UFRJ, p. 67-79, 1983.
43. \_\_\_\_\_. “Sistemas construídos e memória social: uma arqueologia urbana?” *Revista de Arqueologia*, v. 2, n. 2. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi - CNPq, p. 46-50, jul.-dez. 1984.

44. VOGEL, Arno, MELLO, Marco Antonio da Silva, SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos et al. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em centro de bairro*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBAM / FINEP / Ed. Projeto, 1985 [1980].
45. WOODBURRY, Ricard B. “Arqueología – Objeto”. In: SILLS, David L. (dir.). *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*, v. 1, Madrid: Aguilar, p. 533-540, 1974 [1968].

## **ANEXO**

### **LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA URBANA - LAU/MN**

## **Projeto de Instalação - Rio 1982**

**Arno Vogel**

**Marco Antonio Da Silva Mello**

O Setor de Arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro vem, ao longo dos últimos anos, desenvolvendo um conjunto de pesquisas e estudos pós-graduados que combinam diversas linhas de trabalho. Esta produção tem garantido ao Setor e, por extensão, ao próprio Museu Nacional, um papel de destaque na comunidade acadêmica e científica, em termos nacionais e internacionais.

A atualização de pessoal científico, o desenvolvimento de uma genuína interdisciplinaridade, o intercâmbio com instituições congêneres, além dos resultados substantivos dos seus trabalhos, são os frutos reconhecidos de toda uma tradição de estudos no campo da arqueologia. Esse desempenho graças ao apoio institucional e financeiro de diversas agências, nacionais e estrangeiras, impulsionou os conhecimentos relativos à pré-história brasileira e americana, sem contar as contribuições relevantes para uma compreensão mais acurada dos aspectos da morfologia social, tecnologia e cultura material dos grupos indígenas.

A continuidade da produção acadêmica e científica desta instituição, nesse campo específico de investigações, requer, para além dos desdobramentos dos projetos em curso, a busca de novas perspectivas e linhas de trabalho, visando uma constante renovação dos ângulos de abordagem e do campo de objetos para o qual está voltada a arqueologia.

A constituição do Laboratório de Arqueologia Urbana - LAU/MN se impõe, neste sentido, como uma tarefa de viabilização de uma linhagem de

pesquisa que se recomenda, não só pelo seu caráter pioneiro, mas também pela urgência de se produzir um saber mais sofisticado a respeito do desenvolvimento da sociedade urbana brasileira, quanto às transformações dos seus aspectos morfológicos, em particular no que se refere à dinâmica histórica dos sistemas construídos e de sua dimensão socioespacial.

Através desse projeto de instalação do LAU/MN, este setor pretende estabelecer um trabalho capaz de subsidiar o desenvolvimento de um programa de pesquisa. Com esta finalidade, propõe a implantação articulada de uma estrutura-suporte que torne possível a configuração técnico-científica que esta perspectiva arqueológica do urbano almeja e de uma pesquisa-piloto que sirva de parâmetro empírico para o dimensionamento e inauguração desse programa.

### **I - Atualidade da proposta: razões para uma arqueologia do urbano**

Embora não se deva confundir arqueologia com escavação, o propósito de investigar o urbano, partindo de uma perspectiva arqueológica vem a ser o de exumar, no sentido metafórico, trazendo-os à luz e evitando destruí-los ou entregá-los ao esquecimento (o que na maioria das vezes vem a dar no mesmo), sistemas de relações que fundam a lógica operativa e simbólica de espaços, elementos, conjuntos e objetos do urbano.

A experiência etnográfica e a experiência arqueológica se aproximam neste ponto; pois, têm a ambição de descrever, interpretando. Ambas têm o *trabalho de campo* como pressuposto. Este lhes permite o exercício do diálogo com as formas socioculturais, tomadas sob o ângulo da produção do sentido.

Uma arqueologia, tal como se propõe aqui, teria a virtude de estabelecer a compreensão do sistema de objetos em solidariedade com a vida quotidiana da cultura. O grande problema do arqueólogo, no entanto, sempre foi o silêncio das formas com as quais tinha de trabalhar. Para além da existência, articulada no espaço (contiguidade geográfica) e das sequências cronológicas (profundidade temporal), há uma relação sociológica da qual se poderia afirmar que é o *outro* da arqueologia.

Através do seu esforço de prospecção e registro, a disciplina busca, precisamente, restituir uma dimensão que transcende a topologia dos espaços



construídos e dos objetos. O resultado desse esforço tem sido, na maioria das vezes, uma narrativa conjectural, cuja finalidade é tornar plausível a correlação socialmente estabelecida entre elementos e materiais dos seus achados. Essa ficção depende, no essencial, das informações que a erudição do arqueólogo seja capaz de colocar a serviço de sua tarefa hermenêutica.

A contribuição positiva deste projeto consiste numa atualização dessa tradição erudita, criando um espaço no qual seja possível o entrecruzamento de informações elaboradas a partir de perspectivas de conhecimentos diferentes, porém complementares. Desse modo o LAU/MN representaria a matriz de um acervo de informações capaz de alimentar os demais setores do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, segundo a demanda específica de cada um deles.

O esforço para propor e conquistar uma nova leitura do urbano, aliando a variedade de perspectivas e tópicos de interesse à exaustividade da representação documental, seria, em última análise, a proposta do LAU/MN que, no entanto, pretende alcançar mais além. Seu objetivo é revitalizar a própria ideia de uma arqueologia. Para tanto será preciso conjurar, uma vez mais, o lugar-comum estreito, desprestigiado e caricato da caça às *antiquities*, da prospecção obstinada de tesouros artísticos ou, ainda, do romantismo das escavações espetaculares de túmulos e repositórios perdidos de culturas arcaicas.

Há muitos poucos centros dedicados a esse tipo de pesquisa no mundo, todos convivendo ainda com os problemas decorrentes de um linha de questionamento não inteiramente consagrada no campo de objetos da disciplina. Na Inglaterra, na Bélgica, na França e no Chile ganham corpo os estudos e pesquisas em arqueologia industrial. No âmbito dos estudos arqueológicos do urbano, entretanto, a iniciativa do LAU/MN surge como algo absolutamente inédito, reafirmando, dessa maneira, a excelência e o pioneirismo do Museu Nacional num campo que contribuiu, entre outros, para notabilizá-lo a nível nacional e internacional.

## **II - Arqueologia e Sociedade: os sistemas construídos como memória**

A justificativa da proposta de uma Arqueologia Urbana, do ponto de vista

epistemológico, reside nas três contribuições essenciais que esta perspectiva oferece ao campo de investigação sobre o urbano em nossa sociedade.

Em primeiro lugar, está a preocupação com a diversidade dos modos e estilos de vida que se encontram na base de nossa formação social. A Arqueologia Urbana, no entanto, não pretende reeditar uma concepção atomística semelhante àquela que celebrou a 'teoria das sobrevivências'. Sua preocupação é estabelecer as bases para uma compreensão de identidades culturais, a partir dos sistemas construídos vistos como totalidades reificadas de paradigmas socioculturais da vida urbana.

Em segundo lugar, vem a sua pressuposição fundamental de que estas identidades não existem, a não ser em virtude da mistura constante do velho com o novo, do tradicional com o moderno, das permanências com as inovações. Embora a unidade de sentido seja *sempre* atual. O caminho para definir a identidade de bairros, regiões, centros urbanos, sociedades inteiras, depende, no entanto, em maior ou menor escala, de se reconstituir a história dos seus costumes e maneiras de viver.

A noção de *costume*, entretanto, envolve a ideia de recorrência quotidiana; do que é comum dentro de determinados quadros de referências sociais. O lugar, por excelência, dos costumes é o conjunto dos espaços e ritmos da existência diária.

A terceira contribuição da perspectiva adotada por este projeto seria, precisamente, a reabilitação dos estudos e das análises voltadas para o habitual, em oposição ao excepcional. Convém lembrar, a propósito, que não só os comportamentos, as maneiras de pensar e sentir, que compõem a unidade complexa do *ethos* e do *eidos* de uma totalidade social, fazem parte do costume. Além deles, a materialidade das coisas culturais representa uma de suas dimensões mais importantes. Os sistemas construídos, tal como o próprio quotidiano, não se limitam a desempenhar o papel de cenários inertes das formas e dos eventos sociais. São eles, na verdade, que *dão lugar*, tanto ao desempenho das rotinas, quanto à produção dos acontecimentos.

A grande virtude desse tipo de estudo está em restituir, para os membros

dessa sociedade, o sentido da sua existência sócio-histórica, fugindo às tipologias simplistas comuns às ideologias do progresso.

O progressismo equaciona, de um lado, categorias como *passado*, *tradição*, *obsolescência*, *padrões estéticos indesejáveis*, enquanto alinha, do outro, *futuro* com *modernidade*, *eficiência* e *beleza*.

A relação de um ponto do sistema com outro é vista sempre em termos evolutivos. O nexos causal indica, pois, a necessidade de abandonar tudo que evoca um determinado momento a ser superado e a adoção voluntária, 'esclarecida' e, às vezes, acrítica dos elementos que se identificam com um estágio novo, representado como superior.

O resultado dessa concepção se evidencia, particularmente, através das seguidas, sistemáticas e inumeráveis intervenções modernizadoras que as cidades brasileiras sofreram, nesse contexto. Em consequência delas, surgiram áreas configuradas de acordo com os novos padrões de racionalidade e estética, enquanto parcelas inteiras do tecido urbano foram sendo erradicadas ou esquecidas porque eram vistas como significantes de uma tradição urbanística, social e cultural que se desejava deixar para trás.

O rompimento com o estilo de vida que tais formas abrigavam, quase sempre, se revestiu de um caráter de violência - quer pela destruição material, quer pelos danos propriamente sociais e culturais - que afetava a vida de inúmeras pessoas e a memória de comunidades urbanas inteiras. Esta circunstância gerou uma tendência simétrica e inversa - o conservantismo culturalista. Para ele, *a cidade desejável*, já existia, e estava no passado. Era este que tinha que ser valorizado e protegido contra o projeto de uma modernidade radical.

No Brasil, o dilema progressismo *versus* culturalismo produziu dois casos ilustrativos desta polaridade. A modernidade intransigente de Brasília, intolerante para com as formas vernaculares da arquitetura e do urbanismo tradicionais, se opõe ao preservacionismo museológico que tem feito de Ouro Preto um de seus cavalos de batalha, rejeitando quaisquer transformações provenientes das solicitações de um cotidiano que não é mais o do século dezoito.

Ambas as perspectivas envolvem uma dimensão disciplinadora e pedagógica. Tanto a vertente progressista, quanto o culturalismo acreditam nas

suas utopias, sejam elas prospectivas ou nostálgicas. As duas atitudes têm em comum a suposição de que é possível e desejável anular a vitalidade surpreendente do cotidiano com suas inovações e transformações infinitesimais.

Estes, no entanto, são casos extremos e circunscritos, de onde lhes advém sua vocação ilustrativa. Nas cidades brasileiras, entretanto, o que se constata, apesar do dinamismo da mudança, é um equilíbrio tenso entre diferentes gerações de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, representando diferentes estilos de vida, modos de habitar e maneiras de conceber e perceber o urbano.

A preponderância, ao menos tendencial, do racionalismo progressista tem promovido a substituição intensiva e extensiva dos sistemas construídos tradicionais, admitindo eleger e conservar apenas aquilo a que se pudesse atribuir o caráter de *monumento* - igrejas, palácios, fortificações, conventos, chafarizes e outros equipamentos urbanos do passado.

Os critérios dessa seleção privilegiam, além da profundidade histórica, um certo esteticismo da antiguidade, a raridade, a pureza formal do exemplar, a consagração de estilos (o *Barroco*, no caso brasileiro) e, mais comumente, a relação com eventos ou presenças extraordinárias.

O primeiro pressuposto dessa atitude é a concepção atomística do que vale a pena conservar, restaurar ou preservar para os contemporâneos, fazendo prevalecer o gosto do pitoresco, o consumo contemplativo dos espíritos requintados, para não mencionar o surrado argumento da capitalização turística. O segundo é a descontextualização dos objetos, ou dos fragmentos preservados, com relação aos valores e princípios socioculturais que definem (ou definiam) os seus usos, funções e significados. Este procedimento se justifica enquanto limitação incontornável dos achados e vestígios materiais de sociedades há muito desaparecidas. No caso dos sistemas construídos urbanos integrados às formas atuais de vida social, no entanto, este procedimento resulta num colecionismo empobrecedor de realidades sociológicas frequentemente subestimadas. A isto é que se refere este projeto quando destaca a necessidade do estudo do sistema de objetos em solidariedade com a dimensão da vida quotidiana.

Em nossas cidades, a dinâmica da vida urbana manteve, combinando-os, padrões urbanísticos inspirados por concepções e determinações distintas

daquelas consideradas desejáveis, quer pelo culturalismo retrospectivo, quer pelo funcionalismo modernista. A situação atual da maioria delas se presta, por isso mesmo, a uma leitura orientada segundo dois eixos opostos e complementares. O primeiro privilegia a sucessão temporal - o aspecto diacrônico da forma urbana e arquitetural; o segundo enfatiza a contemporaneidade de formas pertencentes aos sucessivos cortes temporais registrados. O problema desta diversidade se coloca, a partir daí, não só para o observador, preocupado com o registro e a compreensão do tecido urbano, mas sobretudo para os usuários e eventuais encarregados de propor ou realizar intervenções transformadoras no espaço da cidade.

Uma Arqueologia Urbana criteriosa poderá, de modo geral, participar da elaboração de instrumentos que ajudem a avaliar a oportunidade, a adequação e os parâmetros de atuação, em casos específicos, auxiliando na busca de soluções possíveis ou propostas alternativas para as demandas da renovação e atualização do meio urbano. Em termos pragmáticos, esse tipo de pesquisa e conhecimento tornaria viável um trabalho mais qualificado de acessoria e consultoria aos órgãos do patrimônio histórico e artístico nacional e estadual, às municipalidades, e eventualmente, às próprias iniciativas dos cidadãos.

A rigor, não parece correto falar de *meio urbano*, pois esta expressão dá a entender que as cidades de tal ou qual sociedade, desta ou daquela época, se limitaram a compor o cenário para os respectivos sistemas e grupos sociais com os quais coexistiam. Para aqueles que veem no urbano um epifenômeno de processos socioeconômicos, convém lembrar que as *cidades* não são meros reflexos desses processos, mas elementos ativos de sua existência e, portanto, inseparáveis dela.

A ideia de uma Arqueologia Urbana, preocupada com o levantamento historicamente escalonado de conjuntos do sistema construído das cidades e da sua alocação funcional em diferentes momentos de sua existência, não se volta apenas para o registro curioso de uma realidade urbana cambiante. Mais do que isso, procura apreender as correlações sociológicas que, em cada época, articularam a totalidade urbana. Preocupa-se, também, com as cidades no seu aspecto significativo (simbólico), encarando-as como elementos de uma representação que as sociedades produzem de si para si mesmas.

As cidades são verdadeiros sistemas de memória. Enquanto tais, os centros urbanos (sistema construído e relações que o animam) constituem uma unidade em tensão. Ao mesmo tempo, apresentam-se como espécie de *arquivo* do modo de viver que os concebeu e como agência produtora de novos modos de vida. Arquivo em permanente processo de atualização, portanto. Nele, os princípios, as ideias e as relações características de uma determinada sociedade, além de se inscreverem materialmente, podem ser apreendidos de forma sintética.

### **III - O LAU/MN: Proposta de Estruturação e Implantação**

#### ***1. Uma estrutura ágil***

O Laboratório deverá constituir-se como verdadeira unidade de associação. Para isso necessita de uma estrutura flexível, porém permanente, onde se possam desenvolver os trabalhos de pesquisa e a formação, manutenção e ampliação de um acervo de dados pertinentes às atividades programadas.

Essa estrutura deverá permitir, ainda, a agregação progressiva de outras pesquisas e sua articulação dentro um programa comum mais amplo e a longo prazo. A realização de um seminário pós-graduado se enquadra, na proposta, como plano eficaz para aprofundar e dinamizar as discussões em torno da problemática da Arqueologia Urbana.

Das atividades próprias do Laboratório faz parte o trabalho de elaboração de produtos que assegurem a extensão do seu programa à comunidade, consolidando sua linha de pesquisa e promovendo o retorno de um investimento social sob formas variadas. O LAU/MN surge, dessa maneira, como núcleo voltado para o entrecruzamento da prática acadêmica com as demandas sociais que lhe são propostas nesta área.

#### ***2. Estrutura e implantação***

O Laboratório de Arqueologia Urbana não necessita, para sua implementação, mais do que alguns requisitos mínimos, pois a sua localização, no âmbito da Universidade e dentro do Museu Nacional, já lhe proporcionam usufruir de instalações e elementos de infraestrutura, tais como biblioteca,

secretaria, serviços de apoio e outras facilidades.

A atividade interdisciplinar, no entanto, recomenda a formação de um equipe acadêmica estruturada em torno de dois arqueólogos, dois antropólogos e um arquiteto-urbanista. Para suplementar o trabalho desta equipe seria suficiente contar com um quadro mínimo de pessoal técnico, incluindo um desenhista, um fotógrafo e quatro estagiários. O funcionamento administrativo desse conjunto teria por base uma secretária.

Além da indispensável consultoria de profissionais das áreas de Arqueologia, Antropologia Urbana, Arquitetura e Urbanismo, Geografia Urbana e História Social e Urbana, todas as demais necessidades do LAU/MN serão supridas mediante a contratação de serviços de terceiros.

### ***3. O projeto-piloto***

A atividade em função da qual o LAU/MN vai se formar e se consolidar deverá ser uma primeira aplicação controlada da perspectiva arqueológica que ora propõe a um recorte urbano do Rio de Janeiro. Esta seria a vertente substantiva da implantação de toda a linha de pesquisas em Arqueologia Urbana.

Esta pesquisa pioneira terá a função de testar e ajustar a estrutura proposta para o LAU/MN, contribuindo para o seu correto dimensionamento e ajudando a definir um modelo de trabalho a ser reproduzido e aperfeiçoado nos outros casos, cujo estudo deve integrar o programa de pesquisa em Arqueologia Urbana, a longo prazo.

O projeto-piloto deverá tomar como caso-base o bairro de São Cristóvão, cujo desenvolvimento urbano e morfologia social servem bastante bem para testar a perspectiva arqueológica. Inteiramente ocupado por chácaras, no início do século passado, São Cristóvão veio a abrigar a Corte portuguesa, transformando-se no bairro residencial mais bem equipado da cidade, em termos de infraestrutura urbanística. Este fato serviu para atrair as primeiras indústrias, iniciando-se, assim, um processo destinado a modificar a fisionomia do bairro de forma radical. Atualmente, a política de desconcentração, configurada no desenvolvimento de novos núcleos industriais, faz prever uma nova era de mudanças. Dentro de poucas décadas, São Cristóvão será muito diferente.

A escolha se justifica, pois, do ponto de vista metodológico - o bairro de São Cristóvão é um exemplo da superposição e coexistência de diferentes conjuntos urbanos, permitindo cortes estratigráficos horizontais e verticais. Do ponto de vista prático, sua proximidade com a sede do LAU/MN possibilita uma considerável economia de custos do trabalho de campo.

O projeto-piloto deverá contar, ainda, com um caso de controle, para que se realize o contraste necessário à aplicação eficaz do método comparativo.

#### **IV - CRONOGRAMA**

Tempo total previsto: 30 meses

##### **Meses 1 a 4:**

1. Organização da estrutura mínima proposta.
2. Contatos com instituições congêneres e divulgação do laboratório, fora e dentro do país.
3. Preparação do 1º seminário em Arqueologia Urbana: *Arqueologia Urbana - um projeto e suas possibilidades.*

##### **Meses 5 a 7:**

1. Realização do 1º seminário em Arqueologia Urbana com especialistas de renome na área e áreas afins (História Urbana, Antropologia Urbana, Geografia Urbana, Arquitetura e Planejamento Urbano).
2. Divulgação do *fórum* de debates através de um documento de trabalho (dossiê).
3. Instalação de um Seminário de pós-graduação.

##### **Meses 8 a 12:**

1. Detalhamento do projeto-piloto incluindo:
  - a) pesquisa exploratória;
  - b) eleição do caso de controle;
  - c) levantamento e seleção de fontes documentais referentes ao caso-base;
  - d) encontros de consultoria com o *staff* do Laboratório;



- e) elaboração do projeto-piloto.
2. Seleção de pessoal técnico para contratação.
3. Contratação dos serviços pertinentes ao trabalho de registro e iconografia.

**Meses 12 a 24:**

1. Prosseguimento das atividades do Seminário de pós-graduação.
2. Realização do *trabalho de campo*, compreendendo observação, mapeamento, análise de fontes, registro e localização dos elementos dos sistemas construídos pertencentes às diferentes épocas do universo da pesquisa, comparação e contraste desses sistemas.
3. Definição dos critérios para a elaboração dos produtos da pesquisa.

**Meses 25 a 30:**

1. Organização, elaboração e edição do Relatório Final, sob forma de uma monografia.
2. Organização e instalação de uma Exposição do material iconográfico produzido no decorrer da pesquisa.
3. Elaboração da proposta para uma Sala-ambiente de Arqueologia Urbana no Setor de exposições do MN.
4. Edição de um Documentário em Vídeo sobre a pesquisa.
5. Preparação e realização do 2º Seminário em Arqueologia Urbana para apresentação dos resultados da pesquisa e intercâmbio com outras investigações em andamento.